UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS – *CAMPUS* XVIII
COLEGIADO DE LETRAS

“PRETENDEMOS ENSINAR BEM OS MOÇOS [...] APRENDENDO POUCO A POUCO A LINGUA PARA QUE ENTREMOS PELO SERTÃO DENTRO”: GESTÃO DAS LÍNGUAS E AS RELAÇÕES DE ENSINO NA AMÉRICA PORTUGUESA (1549-1560)

LILIANE GOMES PEREIRA

Eunápolis-BA
2023

LILIANE GOMES PEREIRA

“PRETENDEMOS ENSINAR BEM OS MOÇOS [...] APRENDENDO POUCO A POUCO A LINGUA PARA QUE ENTREMOS PELO SERTÃO DENTRO”: GESTÃO DAS LÍNGUAS E AS RELAÇÕES DE ENSINO NA AMÉRICA PORTUGUESA (1549-1560)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Letras Vernáculas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *Campus* XVIII, como requisito para conclusão do curso de Licenciatura em Letras Vernáculas, Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Daniel dos Santos Souza

Eunápolis-BA
2023

LILIANE GOMES PEREIRA

“PRETENDEMOS ENSINAR BEM OS MOÇOS [...] APRENDENDO POUCO A POUCO A LINGUA PARA QUE ENTREMOS PELO SERTÃO DENTRO”: GESTÃO DAS LÍNGUAS E AS RELAÇÕES DE ENSINO NA AMÉRICA PORTUGUESA (1549-1560)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Letras Vernáculas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *Campus* XVIII, como requisito para conclusão do curso de Licenciatura em Letras Vernáculas, Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Daniel dos Santos Souza

Aprovada em _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Orientador – Prof. Dr. Pedro Daniel dos Santos Souza
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Profa. Esp. Lícia da Silva Sobral
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Prof. Me. Hérvickton de Oliveira Nascimento
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Eunápolis-BA
2023

Dedico esta monografia à minha mãe
(*in memorian).*

“Precisamos amansar os brancos, que são muito selvagens”.
(Tapayuna, 1960)

AGRADECIMENTOS

Desde os 4 anos de idade me vejo na sala de aula e escolhi a licenciatura porque não pretendo sair dela. Agradeço a todas as pessoas que contribuíram para que tudo isso se tornasse realidade. Primeiramente aos céus, à Deus, em quem ponho minha fé.

Agradeço a pessoa que me colocou nesse mundo, me cuidou com tanto carinho e atenção, que me matriculou na escola e que veio comigo no dia da matrícula da graduação. Infelizmente, ela não estará na minha formatura, mas sei que, em outro plano, ela anseia por esse dia. A ti, Mainha Roselânia, meu maior e sinceros agradecimentos. Sou o que sou graças aos ensinamentos da senhora, e tudo que eu faço eu dedico a ti.

Ao meu irmão, Miguel Expedito, irmão caçula, a quem tanto prezo e admiro. Agradeço, imensamente, toda a paciência e, principalmente, apoio, que não me faltou em nenhum momento dessa graduação. Em especial, nessa reta final, seu incentivo e complacência me tornou mais forte para continuar em meio às adversidades que sugiram. Mesmo fragilizado, nunca me soltou a mão.

Agradeço aos demais familiares e amigos. Em especial, minhas queridas amigas da vida e da graduação, pessoas únicas e que foram essenciais para minha formação pessoal e profissional. Agradeço também a todos os colegas de classe da turma de 2019.1 e os demais que encontrei no decorrer das disciplinas, seus conhecimentos partilhados também agregaram na minha caminhada.

Ao meu orientador, professor Pedro Daniel dos Santos Souza, a quem sou imensamente grata por todo conhecimento partilhado. No primeiro semestre, tive o privilégio de ser sua aluna e durante sua orientação na Iniciação Científica pude aprimorar meus conhecimentos científicos. E espero continuar aprendendo sobre a Linguística Histórica e a Filologia com seus textos e discussões.

A todos professores que passaram pela minha trajetória, vocês são meus mestres, os admiro e respeito com toda sinceridade. Especialmente, agradeço a todos os professores da UNEB, com quem aprendi muitos conhecimentos teóricos, mas também aprendi muito sobre a vida e o ser humano. Obrigada por serem professores.

À Universidade do Estado da Bahia (UNEB), por ter me aberto as portas para estudar, pesquisar e lecionar. Minha imensa gratidão a todos funcionários e profissionais que compõem esse espaço.

RESUMO

Desde a chegada dos portugueses à América, a língua portuguesa vem sendo introduzida nas terras "descobertas" desse lado de cá do Atlântico Sul. Nesses primeiros séculos da conquista e colonização, podem-se observar os contatos linguísticos do português com as línguas indígenas, africanas e, mais para meados do século XIX, as de imigração, além das interferências advindas da atuação da Companhia de Jesus, até meados do século XVIII. Fundamentando-se na História Social Linguística do Brasil em diálogo com a História Social da Cultura Escrita, essa monografia tem como objetivo apresentar uma análise da atuação dos jesuítas nos primeiros anos de missão catequética, bem como o funcionamento da gestão linguística durante este período e as relações de ensino havidas na América portuguesa, através de sistematizações de documentos presentes na obra intitulada de *Cartas do Brasil* (1549-1560), que constituiu o *corpus* da pesquisa. Para análise da documentação, foi-se utilizado o método indiciário, proposto por Ginzburg ([1989] 2014) e leituras e interpretações a contra, nos termos de Benjamin ([1940] 2012). O aporte teórico desta pesquisa parte das questões discutidas por Mattos e Silva (1998, 2004), Souza (2019), Saviani (2013), Calvet (2007), entre outros. A partir da análise documental, constatou-se como ocorreram os primeiros contatos dos povos originários da costa com os falantes da língua portuguesa através do ensino da doutrina cristã, da leitura e da escrita, além disso mapearam-se outras práticas de políticas e de planejamento linguístico, como a construção dos primeiros colégios jesuíticos, o uso de intérpretes para mediar os primeiros contatos e a atuação de mulheres, órfãos e mamelucos nos processos de instrução. Dessa forma, com esse trabalho, caminhos são abertos para uma maior compreensão dos processos linguísticos e educacionais que estão na gênese da formação do português brasileiro e das relações de ensino no Brasil.

Palavras-chave: Sócio-história. Políticas linguísticas. América portuguesa. Companhia de Jesus.

ABSTRACT

Since the arrival of the Portuguese in America, the Portuguese language has been introduced in the lands "discovered" on this side of the South Atlantic. In these first centuries of conquest and colonization, one can observe the linguistic contacts of Portuguese with indigenous, African and, more towards the middle of the 19th century, immigration languages, as well as the interferences arising from the action of the Society of Jesus, until the middle of the 18th century. Based on the Social Linguistic History of Brazil in dialogue with the Social History of Written Culture, this monograph aims to present an analysis of the performance of the Jesuits in the first years of catechetical mission, as well as the functioning of linguistic management during this period and the teaching relations that existed in Portuguese America, through systematizations of documents present in the work entitled Letters from Brazil (1549-1560), which constituted the corpus of the research. For the analysis of the documentation, the indicial method, proposed by Ginzburg ([1989] 2014) and readings and interpretations against, in Benjamin's terms ([1940] 2012), was used. The theoretical contribution of this research is based on the issues discussed by Mattos e Silva (1998, 2004), Souza (2019), Saviani (2013), Calvet (2007), among others. From the documentary analysis, it was verified how the first contacts of the original peoples of the coast with the speakers of the Portuguese language occurred through the teaching of Christian doctrine, reading and writing, in addition to mapping other practices of linguistic policies and planning, such as the construction of the first Jesuit colleges, the use of interpreters to mediate the first contacts and the performance of women, orphans and mamelukes in the instruction processes. Thus, with this work, paths are opened for a greater understanding of the linguistic and educational processes that are at the genesis of the formation of Brazilian Portuguese and teaching relations in Brazil.

Keywords: Socio-history. Language policies. Portuguese America. Society of Jesus.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Cartas do Brasil (1549-1560)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11

2 POLÍTICAS LINGUÍSTICAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES 14
2.1 DEFININDO O CAMPO DAS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS 14
2.2 POLÍTICAS LINGUÍSTICAS JESUÍTICAS NA AMÉRICA PORTUGUESA 16

3 ATUAÇÃO JESUÍTICA NO SÉCULO XVI: RELIGIOSIDADE E ENSINO 20
3.1 BREVE EXCURSO SOBRE A COMPANHIA DE JESUS 20
3.2 AMÉRICA PORTUGUESA, TERRA DE ALGUÉM? 24
3.3 PADRE MANUEL DA NÓBREGA NA AMÉRICA PORTUGUESA 27

4 O *CORPUS* DA PESQUISA: DOCUMENTOS E SEUS DESTINATÁRIOS 29
4.1 CARTAS DO BRASIL (1549-1560) 30
4.2 PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS 31

5 INDÍCIOS SOBRE OS PROCESSOS LINGUAGEIROS E EDUCACIONAIS NA AMÉRICA PORTUGUESA 34
5.1 OS PRIMEIROS CONTATOS LINGUÍSTICOS E O ENSINO DA DOUTRINA CRISTÃ, DA LEITURA E DA ESCRITA ‘ 34
5.2 CONSTITUIÇÃO DOS COLÉGIOS JESUÍTAS 44
5.3 OS INTÉRPRETES NA INTERMEDIAÇÃO DOS PRIMEIROS CONTATOS 53
5.4 CRIANÇAS NATIVAS, ÓRFÃOS, MULHERES INDÍGENAS E MAMELUCOS NOS PROCESSOS DE INSTRUÇÃO 58

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 63

REFERÊNCIAS 67

1 INTRODUÇÃO

A expansão marítima impulsionada pelo mercantilismo e pelos ideais humanistas proporcionou a Portugal o domínio de diversos territórios ao redor do mundo. Entre essas conquistas territoriais, estão as terras americanas que, a partir do Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, legitimou o domínio português sobre grande parte da descoberta espanhola (Hermann, 2007). A partir disso, a América portuguesa passa a ser explorada e, futuramente, colonizada, fundamentando-se num regime opressor, que utiliza de políticas linguísticas como instrumento de dominação dos povos originários.

Apresentamos, nesta monografia, um estudo sobre a gestão das línguas na América portuguesa, promovendo uma discussão sobre as relações de ensino aqui havidas a partir da atuação jesuítica, que se inicia em 1549. Nossa pesquisa insere-se no campo da história social linguística do Brasil (Mattos e Silva, 1998) em diálogo com a história social da cultura escrita (HSCE), buscando contribuir para uma aproximação à história do português brasileiro (PB). Na direção de uma história social linguística do Brasil, Mattos e Silva (1998, p. 40) sugere desdobramentos de pesquisas que busquem "a recuperação de políticas linguísticas havidas ao longo da história do Brasil: a primeira, sem dúvida, a dos jesuítas aqui chegados com o primeiro governador-geral [...]". Com isso, fazem-se necessários uma organização sistemática e um estudo verticalizado de documentos escritos e veiculados por esses sujeitos nos primeiros anos de atuação da Companhia de Jesus.

Sendo assim, objetivamos apresentar uma análise da atuação dos religiosos dessa Ordem religiosa nos primeiros anos de Governo Geral, iniciado em 1549, destacando aspectos referentes às políticas linguísticas mediadas pelos jesuítas. Durante o percurso de investigação, identificamos indícios na documentação tomada como *corpus*, fundamentando-se no paradigma indiciário, nos termos definidos por Ginzburg ([1989] 2014), e desenvolvemos uma leitura e interpretação a contrapelo (Benjamin, [1940] 2012), haja vista o caráter oficial das fontes de nossa pesquisa.

Os documentos analisados pertencem à coletânea *Cartas do Brasil (1549-1560)*, constituída por 20 cartas, um relatório e um diálogo. Todos esses documentos foram escritos pelo padre Manuel da Nóbrega, português nascido em 1517, que, após anos de estudos, ganha destaque pelas suas virtudes enquanto intelectual e religioso. Ao padre jesuíta, destinou-se a responsabilidade de liderar a Companhia de Jesus em sua missão no "Novo Mundo". Posto isso,

acompanhando o então primeiro governador-geral do Estado do Brasil[1], Tomé de Sousa, o Padre Manuel da Nóbrega partiu para o Brasil, em fevereiro de 1549, juntamente com mais cinco religiosos: os padres Leonardo Nunes, João de Aspicuelta Navarro e Antonio Pires, e os irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jacome.

Para fundamentar as questões discutidas neste estudo, utilizamos os trabalhos de Mattos e Silva (1998, 2004), Calvet (2007), Hermann (2007), Vainfas (2007), Leite (1938), Rodrigues (1993, 2005), Hernandes (2012), Benjamin ([1940] 2012), Ginzburg ([1989] 2014), Saviani (2013), Mendonça (2010) Souza (2019), Mariani (2004), Reis e Bagno (2016), entre outros autores.

Este trabalho está dividido em cinco seções. Na primeira seção, intitulada *Políticas linguísticas: algumas considerações*, discutimos os conceitos e fundamentos do campo das Políticas Linguísticas, refletindo como se manifestou a gestão das línguas na história do Brasil desde o início do domínio europeu, isto é, as políticas linguísticas criadas e difundidas pelos jesuítas na América portuguesa nos primeiros anos de sua atuação nesse território.

Na segunda, *Atuação jesuítica no século XVI: religiosidade e ensino*, destacamos aspectos relevantes sobre a Companhia de Jesus, fazendo uma sintética revisão historiográfica sobre a América portuguesa desde seus primeiros registros enquanto território habitável até o Governo Geral. Trazemos também breves informações sobre a biografia do padre Manuel da Nóbrega e sua atuação em terras ameríndias.

Na terceira seção, sob o título *O corpus da pesquisa: documentos e seus destinatários*, apresentamos o *corpus* de nossa pesquisa, bem como os métodos utilizados para levantamento e tratamento dos dados. Além disso, nesta seção, fazemos também uma discussão sobre os destinatários das missivas, trazendo assim maior conhecimento sobre o material e o conteúdo que analisamos.

Na última seção, *Indícios sobre os processos linguageiros e educacionais na América portuguesa*, realizamos uma análise dos documentos que constituem o *corpus*, discutindo as relações linguísticas e educacionais, as raízes da constituição dos colégios jesuítas; em seguida,

[1] Havia, na América portuguesa, duas unidades administrativas: a primeira Colônia a ser instituída foi a do Estado do Brasil, que correspondia, grosso modo, a parte das atuais regiões Nordeste, Sudeste e Sul. A segunda unidade administrativa criada, já no século XVII, foi o Estado do Grão-Pará e Maranhão, que compreendia ao atual Norte e parte da região Nordeste do Brasil. A ocupação desse espaço começou em 1612, pelos franceses na ilha de São Luís, onde construíram um forte. Essa região foi retomada pelos portugueses em 1615. Da ilha, partiram as expedições de exploração e a chamada conquista da Amazônia, o que resultou na ocupação de diversos pontos do Norte. Em 1621, criou-se o Estado do Maranhão e Grão-Pará, tendo São Luís como capital e um território que se estendia até os atuais estados do Amazonas, Roraima e Amapá. Tratava-se de uma Colônia separada e independente do Estado do Brasil, que mantinha relação administrativa direta com a Coroa e era construído por diversas capitanias. Em 1751, com transferência da capital para Belém, no Pará, passou a se chamar Estado do Grão-Pará e Maranhão.

a atuação dos intérpretes na mediação dos primeiros contatos e, por fim, promovemos uma breve discussão sobre a atuação das mulheres, crianças indígenas, órfãos da terra e portugueses e mamelucos[2] nos processos de instrução, sujeitos que, recorrentemente, são invisibilizados pela historiografia das grandes narrativas.

A partir da análise proposta, é possível ter um maior entendimento sobre as populações indígenas que viviam na costa e como se posicionaram frente a tantas interferências culturais e linguísticas advindas dos jesuítas, fator relevante quando se trata de recuperar aspectos da história dos povos originários e refutar alguns paradigmas dispostos pela historiografia tradicional. Vale destacar a possibilidade de evidenciar questões pertinentes da relação que ocorreu entre língua e sociedade nesse período e os impactos que isso ocasionou à gênese e formação do português brasileiro e a outras línguas que "circularam" no chamado Estado do Brasil.

[2] De acordo com o dicionário da língua portuguesa do padre D. Rafael Bluteau (1789) "mamelucos erão Turcos, criados nas artes da guerra". Ou seja, é um termo que, primeiramente, remete aos povos turcos, mas que foi atribuído aos filhos de indígenas com portugueses.

2 POLÍTICAS LINGUÍSTICAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Nesta seção, apresentaremos alguns conceitos do campo das Políticas Linguísticas, bem como questões de interesse dessa área. Discutimos as noções de política e de planejamento linguístico, tratando da emergência das preocupações de pesquisa. Além disso, trataremos sobre as políticas implícitas e explícitas e os seus fomentadores, além das formas de como ocorrem essas práticas: top down e bottom up. Por fim, assumimos a ideia das políticas linguísticas *avant la lettre* como fizeram os jesuítas frente às línguas indígenas.

2.1 DEFININDO O CAMPO DAS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS

Política linguística trata-se de um campo de estudo que visa analisar as intervenções nas línguas, uma vez que estas são instrumentos de poder. Segundo Calvet (2007, p. 11),

> [...] o poder político sempre privilegiou essa ou aquela língua, escolhendo governar o Estado numa língua ou mesmo impor à maioria a língua de uma minoria. No entanto, a política linguística (determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade) e o planejamento linguístico (sua implementação) são conceitos referentes que englobam apenas em parte essas antigas práticas.

O Estado e/ou as pessoas e os grupos que estiveram à frente nas decisões coletivas durante recorrentes momentos da história manusearam a língua em prol de benefícios políticos em detrimento da necessidade popular composta pela comunidade de falantes, o que resultou em prestígio de algumas línguas e normas em detrimento e silenciamento de outras. As políticas linguísticas podem ser utilizadas para valorizar a diversidade e o multilinguismo, no entanto, por séculos, sua implementação beneficiou as classes hegemônicas, apagando e silenciando diversas línguas. Essas estratégias de interferência linguística, majoritariamente, partem de cima para baixo, entretanto não podemos desconsiderar a relação inversa, em decorrência dos diversos agentes que podem gestar mecanismos de políticas linguísticas. Vale ressaltar, como mencionado pelo Calvet (2007), que estas interferências nas línguas são práticas antigas, apesar da "jovialidade" do campo enquanto área científica. Sendo assim, nos espaços sociais onde houvera relações de poder, houve ações sobre as línguas.

O termo *language planning* (planejamento linguístico) surge em 1959 em um trabalho do linguista norte-americano Einar Haugen, no qual discute a interferência normativa do Estado norueguês na língua falada no país (Calvet, 2007). Após essa publicação, diversos estudos

surgem em torno desse pensamento envolvendo língua, sociedade e poder estatal. Alguns acontecimentos foram preponderantes para que surgissem tais inquietações, como os processos em torno dos países descolonizados e suas línguas e o advento da Sociolinguística. Nessa primeira fase da história do campo, as pesquisas visavam a resolução de *problemas linguísticos*, como menciona Silva (2013, p. 292): "No período inicial de sua constituição, os pesquisadores da área dedicaram-se majoritariamente ao estudo e à resolução de 'problemas linguísticos' de nações recém liberadas da dominação colonial na África e na Ásia". Essa problemática girava em torno de ideais em que a heterogeneidade étnica e linguística ocasionaria intercorrências na administração desses novos territórios independentes. Dessa forma, por desconsiderar a diversidade linguística fator comum às sociedades, diversas críticas são direcionadas a área, alterando, assim, algumas das suas perspectivas, todavia sem abdicar das análises de *problemas linguísticos*.

Como destaca Calvet (2007), a terminologia *Política linguística* foi primeiramente usada nos Estados Unidos pelo linguista norte-americano Joshua Fishman, sendo incorporada por estudiosos de outros países e continentes. Ademais, para Fishman, o *Planejamento linguístico* seria a aplicação de uma política linguística (Calvet, 2007), portanto, haveria uma relação de subordinação, contrapondo à ideia de sinonímia atribuída a ambos os termos por alguns estudiosos (Silva, 2013).

De acordo com Souza (2019, p. 126), ao falarmos de políticas linguísticas, "estamos diante, portanto, de um conjunto de medidas, explícitas ou implícitas, primordialmente definidas pelo Estado, mas também por outros agentes sociais, para ordenar as línguas faladas num determinado território". O caráter implícito ou explícito de uma política linguística torna-se um fator pertinente dentre as características da área, principalmente no que se refere às implícitas. A inexistência de regulamentações nítidas de interferência nos usos linguísticos tende a enraizar discursos pejorativos e preconceituosos e ocasiona uma maior dificuldade de reconhecimento de políticas linguísticas que são excludentes. Na contemporaneidade, essa problemática prevalece, trazendo malefícios para o meio social, educacional e cultural, pelo fato de corroborar para a disseminação e a manutenção de práticas discriminatórias, como a propagação do preconceito linguístico (Bagno, 1999), além de também interferir no processo de revitalização de línguas.

Essas atividades de interferência linguística podem ser aplicadas tanto na esfera de "cima para baixo" como de forma inversa. Sobre isso, Rajagopalan sintetiza que (2013, p. 36),

> No contexto da política linguística, há muitos exemplos de decisões tomadas e implementadas tanto no sentido de cima para baixo (*top down*), como no sentido inverso, isto é, de baixo para cima (*bottom up*). Na história do Brasil e da língua portuguesa em nosso país, o decreto pombalino foi do primeiro grupo e, com certeza, o mais importante de todas as políticas linguísticas.

Sendo assim, essas políticas podem advir de diversos domínios sociais, isto é, podem ocorrer na família, no ambiente de trabalho, na igreja e, especialmente, na escola. Faz-se necessário ainda enfatizar que quaisquer agentes sociais podem fomentar uma política linguística, no entanto o Estado possui as ferramentas de maior impacto sobre domínio para efetivá-las.

Ademais, o campo da Política linguística não abrange somente aspectos pertinentes à militância linguística, apesar dos intensos debates em busca do respeito e valorização das línguas, visto que essas compõem a identidade de povos. Para além disso, a pesquisa nesse campo busca alcançar diversas esferas, estudando questões da atualidade, mas também do passado, mesmo que *avant la lettre*, isto é, pesquisando as políticas linguísticas antes da sua formação enquanto um campo científico, como as ocorridas durante a atuação da Companhia de Jesus na América portuguesa. Aprofundaremos essa discussão a seguir.

2.1 POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NA AMÉRICA PORTUGUESA

Política linguística além de ser uma disciplina que versa pela militância em defesa das línguas, "concerne todas aquelas questões que dizem respeito ao papel que as línguas exercem em definir os povos e consolidar suas nações ao redor do mundo [...]" (Rajagopalan, 2013, p. 28-29). Por conseguinte, este campo de estudo atém-se também aos usos dados às línguas durante os processos de colonização e descolonização de territórios. Em vista disso, o processo de colonização do Brasil, ainda enquanto América portuguesa marcou-se pelas investidas da Igreja católica e da Coroa nas questões linguísticas, sobretudo quando observamos a atuação da Companhia de Jesus. Segundo Mariani (2003, p. 76),

> O objetivo conjunto Estado/Igreja de colonizar e de evangelizar definia-se pelo sistema de padroado, ou seja, por um lado o papa atribuía à Coroa portuguesa atividades da hierarquia religiosa e as despesas eram tributadas ao Rei; por outro, cabia a Portugal a tarefa de evangelizar os habitantes das terras descobertas. O padroado gerava obrigações e sujeições para ambas as partes: Portugal devia evangelizar, mas o clero ficava submetido ao poder real. A única ordem religiosa que tinha mais independência, mais acesso direto ao Papa e menos subserviência aos reis portugueses, era a Companhia de Jesus. São os jesuítas que, ao longo da história da

> formação da sociedade colonial, exercerão um papel influente na composição das políticas lingüístico-colonizadoras tecidas pelos reis portugueses e pelo Vaticano.

A Companhia de Jesus, diante do multilinguismo generalizado que era predominante na América portuguesa (Mattos e Silva, 2004), promove ações para modificar esse quadro linguístico, através da padronização linguística por meio da *língua brasílica*[3], da gramatização do tupi e do ensino da língua portuguesa, buscando sua hegemonia, embora esta última não fosse a principal preocupação. Sobre a relação dos jesuítas com as políticas linguísticas fomentadas e disseminadas no Estado do Brasil em meados do século XVI, Barbosa e Souza (2022, p. 83) destacam que,

> Com o cuidado de não cairmos num anacronismo quanto ao uso do conceito de políticas linguísticas, as políticas dos jesuítas em relação às línguas indígenas e ao ensino de língua portuguesa na América Portuguesa, assim como a política indigenista promovida pelo Marquês de Pombal de imposição da língua portuguesa aos índios e de proibição das línguas gerais e das línguas dos diversos grupos etnolinguísticos, se constituem como políticas linguísticas *avant la lettre*.

A expressão francesa *avant la lettre*, em português, significa "antes da letra", isto é, antes de algo ser reconhecido como se apresenta atualmente. Aplicando esse termo às políticas linguísticas, seriam aquelas existentes e manifestadas antes mesmo do surgimento do conceito no âmbito de um campo de conhecimento e disciplina científica. Como discutido anteriormente, as práticas de políticas linguísticas existem a centenas de séculos, no entanto discutir essas relações de forma empírica remota à década de 1960. Devido a isso, as práticas de políticas linguísticas ocorridas no século XVI e demais períodos podem ser consideradas como políticas linguísticas *avant la lettre*.

Em vista disso, voltamos a nossa perspectiva sobre a ocorrência dessas práticas ainda no contexto da América portuguesa, em virtude da intensa relação da Igreja e da Coroa lusitana em prol de civilizar os povos indígenas e torná-los súditos fiéis. A relação de Portugal com a Igreja Católica remonta a séculos de sua existência enquanto Estado oficial, como apontado por Mariani (2003), sendo visível o acordo selado entre ambas as instituições. Destaca ainda a autora que, entre as ordens religiosas existentes, a Companhia de Jesus era a menos subserviente à Coroa portuguesa.

Em prol dos objetivos de catequese e civilidade dos indígenas, a Companhia de Jesus e os demais colonos portugueses impuseram, por meio de diversos métodos, práticas comuns aos

[3] Refere-se à língua mais falada na costa, também chamada de Tupi (antigo) ou Tupinambá, ou ainda à chamada língua geral da costa ou paulista. Há de se considerar que se trata de um uso aplicado a distintas situações.

europeus, como o batismo e o ensino da leitura e da escrita. A junção da Igreja e da escola, além do apoio da Coroa portuguesa, possibilitou que os jesuítas formassem e difundissem suas próprias "interferências" nas situações linguageiras que ocorriam nas capitanias e, principalmente, nos aldeamentos. Ademais era politicamente costumeiro que ocorresse a imposição da língua do colonizador, evidenciando uma situação de superestrato[4].

Nesse contexto, as línguas tornaram-se alvo dessas estratégias de poder para apagamento e silenciamento dos povos originários e, consequentemente, a institucionalização do ideal português. A partir do etnocídio de tribos inteiras através de guerras e doenças, o glotocídio[5] tornou-se uma realidade, considerando as mais de 1200 línguas que havia naquele território (Rodrigues, 2005). Os indígenas que sobreviveram às diversas violências físicas começaram a ser vítimas de violências simbólicas. Apesar de todos os mecanismos de resistência, as investidas colonialistas predominaram em muitos espaços da América portuguesa. Entre os grupos que propagaram esses acontecimentos nefastos, os padres jesuítas exerceram maior impacto nas situações linguísticas, por possuírem o domínio do ensino religioso, mas também da leitura e da escrita, ferramentas que, associadas à ideologia dominante, afetaram a gestão das línguas nos espaços de catequese.

No âmbito da América portuguesa, os processos de interferência nas línguas ocorreram de diversas formas, como: aquisição do Tupi pelos religiosos jesuítas; ensino da doutrina cristã, da leitura e da escrita, bem como, por meio da construção de espaços formais e informais de instrução; uso de intérpretes e, posteriormente, uma das principais políticas linguísticas desse período, a gramatização do Tupi feita pelo padre Joseph de Anchieta; e, no século XVIII, a imposição do *Diretório dos índios*. Caracterizada pelo multilinguismo, que era generalizado, nos termos de Mattos e Silva (2004), as relações de contato linguístico foram definidoras da realidade linguística da América portuguesa, em que as línguas gerais desempenharam um importante papel de comunicação entre mamelucos, indígenas, colonos, jesuítas, africanos e seus descendentes, enfim, os diversos sujeitos que formaram a sociedade colonial. Segundo Silva-Reis e Bagno (2016, p. 88),

> A relação entre catequese e línguas nativas que se verifica no Brasil quinhentista encontra paralelos nos territórios conquistados pelos espanhóis em outras partes do continente americano. Assim como as línguas tupi e tupinambá foram remodeladas pelos missionários religiosos para que se transformassem em instrumentos de catequese, o que fez surgir as duas importantes línguas gerais (a amazônica e a

[4] Para a Linguística Histórica *superestrato* refere-se às línguas que detém maior influência em um determinado território e com isso consegue sobrepor-se as línguas nativas.
[5] Refere-se à morte das línguas.

> paulista), que desempenharam papel fundamental nos primeiros séculos da história brasileira [...].

Esse é um dos diversos conceitos das discussões em torno da(s) língua(s) geral(is) falada(s) nos primeiros séculos de constituição do que viria a ser o Brasil. A noção de "remodelação" da língua tupi(tupinambá) equipara-se à definição descrita por Paul Teyssier[6] que a define como um "tupi simplificado" (Argolo, 2020). Entretanto, o item lexicalizado *língua geral* permite uma variedade de significações por conta do caráter polissêmico da expressão. Segundo Argolo (2020, p. 71), o item *língua geral* apresenta cinco significados:

> (1) Variedades coloniais do tupinambá surgidas em São Paulo e no sul da Bahia durante o século XVI, faladas principalmente por mamelucos e por filhos de famílias brancas nascidos no Brasil [...]; (2) Língua colonial historicamente nova, surgida na região amazônica durante o século XVII, falada inicialmente por índios tapuias, como resultado da crioulização do tupinambá em contato com as línguas nativas destes tapuias [...]; (3) Línguas francas, recobridoras de línguas afins – indígenas e africanas –, a exemplo da língua geral cariri, afiliada ao tronco Macro-Jê – falada no Nordeste –, e da língua geral de Minna, afiliada a línguas africanas da costa de Mina – falada em Minas Gerais; (4) Português colonial brasileiro, em sua variedade popular, estruturalmente modificado pelo contato com línguas indígenas e africanas; (5) Variedade colonial do guarani, que teria sido utilizada também em São Paulo.

Com isso, faz-se necessário especial atenção ao tratarmos dessa discussão, evitando ambiguidades e reducionismos diante da complexidade do conceito para a história social linguística do Brasil, sobretudo para a história das línguas indígenas.

Ademais, a Companhia de Jesus fomentou e implantou diversas políticas linguísticas de níveis e graus diferentes, mas todas impactaram nas línguas nativas presentes na América portuguesa, bem como na formação do português brasileiro. Na próxima seção, discutiremos sobre essa Ordem religiosa, os povos que habitavam as terras invadidas e o responsável pela documentação que compõe o *corpus* da pesquisa, o padre Manuel da Nóbrega, destacando a sua atuação no território autóctone.

[6] TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Tradução Celso Cunha. São Paulo: Martins, 2007.

3 ATUAÇÃO JESUÍTICA NO SÉCULO XVI: RELIGIOSIDADE E ENSINO

Nesta seção, faremos algumas discussões históricas sobre o contexto e a formação da Companhia de Jesus, levantando questões relativas a aspectos sociais, econômicos e políticos da transição da Europa medieval à moderna. Além disso, trataremos sobre sua constituição e fomentador, o padre Inácio de Loyola. Posteriormente, voltaremos nossa discussão para as terras ameríndias, onde se situam os documentos que constituem o *corpus* deste trabalho, debatendo sobre os povos que habitavam essas terras, com vistas a dar destaque a esses sujeitos inviabilizados e demonstrar que havia diversos povos, línguas e culturas no território invadido. Por fim, apresentamos o líder jesuíta na América portuguesa durante os anos 1549-1560, o padre Manuel da Nóbrega, evidenciando dados importantes da sua biografia e, especialmente, de sua atuação no Estado do Brasil.

3.1 BREVE EXCURSO SOBRE A COMPANHIA DE JESUS

Diversos fatores do contexto social, político, econômico e religioso da Europa condicionaram a formação da Companhia de Jesus em meados do século XVI. No entanto, para uma maior compreensão desses fatos, faz-se necessário explorar o século anterior, isto é, discutir os anos de 1401 a 1500 (século XV) e, posteriormente, o século de seu surgimento.

O século XV marca o final da Idade Média e o início da Idade Moderna. Durante esse percurso histórico, a Europa passou por diversas mutações no que se refere à sua organização política. Até o referido momento, essa civilização organizava-se através do feudalismo. Esse sistema era utilizado desde o início da Alta Idade Média com a queda do Império Romano Ocidental e o advento das Cruzadas no século XI, momento em que surgiram novas técnicas e o crescimento urbano. A organização feudal, em uma definição simplificadora, caracterizava-se pela exploração servil da terra, isto é, os feudos eram destinados aos camponeses para que produzissem para os senhores feudais. A partir de meados do século XVI, esse sistema passou a ser substituído pelo sistema econômico mercantilista. Essa mudança econômica influenciou diretamente nos anseios do povo europeu, que começou a buscar a venda e a troca de insumos, incentivando o advento das navegações.

> Ao longo do século XV, os portugueses transformaram e aperfeiçoaram todas as técnicas de construção naval e de navegação conhecidas. A exploração marítima teve um desenvolvimento nunca visto. A impressão transmitida é que se foram necessários

> oitenta anos para atingir o Cabo da Boa Esperança, os trinta anos seguintes levaram os portugueses a Groenlândia, em 1498, a Índias, em 1500 ao Brasil, em 1511 a China e por volta de 1548 ao Japão (Silva, 1996, p. 18).

Por conta da necessidade de expandir o comércio, ocorreu, no século XV, um grande investimento da Coroa portuguesa nas navegações, favorecendo assim o Império e a Igreja Católica, que possuía favoráveis quantidade de terras e bens nesse período. Como menciona Matos (2017, p. 7), "[...] Outra força poderosa naquele contexto instável era a igreja, proprietária de metade do patrimônio nacional e sujeita aos fortes interesses políticos e econômicos do papado". Apesar de todos esses incentivos, foram os espanhóis que chegaram à América em 1492, liderados por Cristóvão de Colombo. Esse avanço do Estado espanhol condiciou diversos desconfortos políticos, fazendo com que houvesse a necessidade da interferência papal para mediar o conflito pela disputa das terras entre os dois países, que as dividiu através da *Bula Inter Coetera*, de 1493. Essa divisão, entretanto, desagradou os lusitanos, o que condicionou na formação de um novo acordo, desta vez através do Tratado de Tordesilhas (Hermann, 2007).

Tendo em vista esses fatos, percebe-se a relação política que houve entre o Império português e a Igreja Católica, ambos se defendiam e compartilhavam dos benefícios obtidos. Para além das questões financeiras, diversas atribuições eram designadas aos religiosos católicos, como os processos de instrução. Sobre o ensino na Europa no século XV e antes da atuação jesuítica, Rosa (2015, p. 75) descreve que,

> É na reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra, por D. João III, que, segundo Rómulo de Carvalho, em Portugal aparece, pela primeira vez, a distinção nítida entre os graus de ensino preparatório, ou de base, e superior. Inicialmente, ambos eram ministrados dentro da mesma escola, depois, em duas escolas com edifícios separados, contrastando com os Estudos Gerais, escolas medievais em que se poderia estudar desde as primeiras letras até chegar a um grau de conhecimento superior. O Renascimento não foi uma repetição da Antiguidade, mas veio a ser «a invenção da modernidade, o movimento gerador de uma época histórica realmente nova». Iluminou, com particular intensidade, este aspecto medieval da estrutura escolar, provocando uma separação mais nítida dos dois níveis de ensino, não só dentro de uma mesma escola, como até separando os edifícios. Neste contexto, o ensino processava-se em instituições de dois níveis: os Colégios, onde se leccionavam as disciplinas de base e as Universidades, para as disciplinas maiores.

Por conta dessas novas mudanças que estavam ocorrendo nas configurações de ensino na Europa, o Rei D. João III visava tornar o ensino escolar em Portugal mais humanista, seguindo os princípios desse movimento que estava vigente na época. O ensino passou a ser destinado também aos seculares, evidentemente, nesse período, apenas as pessoas das classes mais abastadas podiam usufruir do ensino formal. Outra característica dessas mudanças refere-

se aos conteúdos, que passavam a enfatizar a literatura e a cultura clássica. Vale ressaltar que o ensino foi primordial em todo esse percurso histórico, visto que, através da produção de conhecimento que se fortaleceu na Idade Média dentro dos mosteiros católicos, ocorreu a aquisição de conhecimentos necessários para as navegações e, através dessas viagens marítimas, ocorrem a intensificação do mercantilismo, a descoberta das Américas e a expansão religiosa. Logo podemos observar uma estreita relação entre o ensino e a religião.

Diante desse contexto educacional e das mudanças no cenário religioso no século XVI, ocorre a instituição da Companhia de Jesus. A Ordem foi fundada pelo padre Inácio de Loyola. O religioso nasceu em 1491 no castelo dos Loyolas, na Província Basca da Guipúzcoa. Vindo de uma família numerosa, mas bem assistida nessa região, desde muito jovem, Inácio de Loyola foi encaminhado pelo seu pai para estudar e aprendeu a ler e a escrever ainda na infância. Posteriormente, recebeu educação na corte e, já adulto, se tornou oficial do Exército espanhol. Entre os inúmeros combates que enfrentava, durante a defesa de Pamplona contra os franceses, o jovem Loyola se acidentou na perna, exigindo assim que ficasse recluso em processo de recuperação. Sobre esse período, Rosa (2015, p. 43-44) salienta que,

> A longa permanência forçada no leito deu-lhe a oportunidade de se entregar à leitura de obras piedosas, que o inclinaram a meditar sobre o seu passado desregrado, desprezando todos os bens que possuía. Sofreu, com isso, uma profunda mudança interior. [...] Foi no silêncio de Mantesa (Março de 1522 a Fevereiro de 1523), que sofreu a sua transformação mística. Foi também aí que surgiu o primeiro esboço dos "Exercitia Spiritualia", o seu pequeno livro de exercícios, reduzindo a escrito os preceitos da sua orientação religiosa. Formava um conjunto de regras, extremamente severas, de contemplações, meditações e orações.

Durante esses momentos de reclusão e peregrinações, o futuro padre escreveu os exercícios espirituais que vinha praticando para se aproximar do ideal de Cristo. Após essa etapa de sua caminhada espiritual, o religioso decide continuar seus estudos para receber o sacramento da Ordem e se tornar padre da Igreja Católica. Estudou Latim, Gramática, Artes e Filosofia na Universidade Alcalá e na Universidade de Salamanca, partindo, posteriormente, para Paris, em 1528. Permaneceu em Santa Bárbara por cinco anos; durante esse período, filiou-se a um grupo de amigos para formar uma aliança religiosa para combater a invasão dos turcos na Terra Santa, seriam eles: Pierre Favre, Francisco Xavier, Diogo Laínez, Afonso Salmeron, Nicolas Alonso, de Palência, e o português Simão Rodrigues de Azevedo, que se tornou o primeiro provincial da Companhia de Jesus em Portugal.

Além da busca pela defesa da Terra Santa, os jovens religiosos estavam à procura de combater quaisquer heresias contra a Igreja Católica e os princípios cristãos, especialmente em

um contexto no qual estava ocorrendo o advento de oposições ao Catolicismo, a exemplo das chamadas reformas protestantes. Com destaque, a reforma luterana ocorrida na Alemanha, a partir de Martinho Lutero, em 1517, e a calvinista, na Suíça, com João Calvino. Além do rompimento do rei Henrique VIII com a Igreja e a fundação da Igreja Anglicana. Essas movimentações geraram inquietações em muitos fiéis católicos que começaram a questionar muitos dos dogmas preservados e praticados, como a venda das indulgências e a falta de acesso da população à Bíblia, entre outras queixas. Conforme destaca Hernandes (2012, p. 239),

> A Companhia de Jesus nasceu e inseriu-se na religiosidade ocidental em um momento emblemático. Ao mesmo tempo que a poderosa Igreja Católica lutava com os muçulmanos pela retomada de Jerusalém, havia uma crise intensa, ocasionando o cisma e o surgimento de Igrejas dissidentes, reformadas, como a Anglicana, a Luterana, a Calvinista. Além disso, a própria Igreja Católica estava em crise interna, sobretudo com a massa popular, que queria a retomada da experiência espiritual de sacrifícios da Igreja Cristã primitiva, enquanto em Roma havia uma corrupção sem igual.

Dessa forma, a hegemonia da Igreja Católica passou a ser ameaçada, por conta da perda de fiéis e dos constantes ataques opositivos. Visando contornar a situação, a instituição religiosa implantou tribunais inquisitoriais e buscou também outros meios de se fortalecer, como investir na conquista de fiéis em outros territórios. Nesse contexto, a Companhia de Jesus apresentou particular afinidade para este último meio mencionado, por conta da ligação do ensino religioso e educativo e pelo estilo de vida mais adaptável à escassez de recursos (Mendonça, 2010).

A partir da *Bula Regimini Militantis Ecclesiae*, aprovada pelo papa Paulo III, em 1540, a Companhia de Jesus se institucionalizou como ordem religiosa da Igreja Católica Romana. Através da liderança de Inácio de Loyola, padre e fundador da Companhia, diversas atividades foram desenvolvidas nas terras europeias, asiáticas e “além-mar", em combate aos avanços dos movimentos protestantes que ameaçavam a hegemonia da Igreja. Além de caracterizar-se enquanto ordem da Contrarreforma, dentro dos seus princípios na condição de grupo religioso e social, havia a valorização do ensino. Em vista desta última característica, a ordem fundou diversos colégios em Portugal, na Itália, na Espanha, na Índia e, posteriormente, na América e outros territórios de domínio português. Nessas instituições, priorizava-se o ensino religioso, cultural e moral. Em 1599, ocorreu a publicação do *Ratio Studiorum*, documento pedagógico com orientações quanto ao currículo, metodologia, normas e regras, visando nortear o ensino das instituições jesuíticas. Nesses termos,

> Ensinar era próprio da Igreja e, tanto o Rei, quanto o clero, reconheciam essa competência. Esse reconhecimento legitimava o controle da atividade educativa por

> parte da Igreja. E, por outro lado, a própria sociedade aceitava que a educação tinha como principal objetivo o cultivo da fé. Toda a sociedade portuguesa era religiosa; não se concebia outra maneira de ser que não fosse a cristã. Nesse contexto, não havia como a educação não ser também religiosa: ela explicitava o sentir comum, questão fundamental para se entender a relação Igreja/educação e evitar uma leitura muitas vezes anacrônica dessa relação (Mendonça, 2010, p. 23).

Do século XVI ao XVIII, a Companhia de Jesus dispôs de forte influência sobre a Europa e demais países colonizados, em virtude das relações políticas entre a Igreja e a Coroa portuguesa. A mesma, dentre as diversas ordens consolidadas, tornou-se a escolhida para as missões de doutrinação em territórios de posse portuguesa, segundo Mendonça (2010), por conta do seu caráter social e educacional. Além disso, os votos de pobreza proferidos pelos religiosos seriam um fator relevante, visto que os próprios estariam habituados com a escassez de recursos para sobreviverem. Em meio a várias missivas do nosso *corpus*, em recorrentes momentos, o padre Manuel da Nóbrega menciona o fato de viverem de esmolas e as diversas dificuldades que passavam pela ausência de recursos financeiros.

A atuação jesuítica na América portuguesa propagou-se por diversos territórios. Além disso, o acúmulo de doações e o exercício de atividades agropecuárias fizeram com que a ordem acumulasse um farto patrimônio e fosse primordial para a economia da Colônia, interferindo, assim, em negócios de outros grupos. Esses e outros fatores levaram à expulsão da Companhia de Jesus, em 1759, após as invertidas de Sebastião José de Carvalho e Melo, o primeiro-ministro Marquês de Pombal, responsável pela confirmação e aprovação, por D. José I, do *Diretório dos índios*, em 1757/1758, que proibia o uso das línguas indígenas e da chamada "língua geral" e tornava obrigatório o uso do português em todos os espaços, entre outras normatizações. Na próxima seção, discutiremos sobre um dos territórios de atuação jesuítica, a América portuguesa.

3.2 AMÉRICA PORTUGUESA, TERRA DE ALGUÉM?

Os povos do continente americano foram os mais isolados do restante do planeta por milhares de anos, devido à separação geográfica que assolou esses povos após mudanças na configuração territorial que ligava o continente norte-americano à Europa e demais territórios. De acordo com estudos sistematizados por Cunha (2012, p. 10-11),

> Há considerável controvérsia sobre as datas dessa migração e sobre ser ela ou não a única fonte de povoamento das Américas. Quanto à antiguidade do povoamento, as estimativas tradicionais falam de 12 mil anos, mas muitos arqueólogos afirmam a existência de sítios arqueológicos no Novo Mundo anteriores a essas datas [...]. Mas,

> recentemente, uma linguista (Nichols 1990 e 1992), com base no tempo médio de diferenciação de estoques linguísticos, fez suas próprias avaliações e afirmou um povoamento da América que teria sido iniciado entre 30 mil e 35 mil anos atrás. Mais conservadora quanto à profundidade temporal é a estimativa de outro linguista, Greenberg (1987), que mantém os fatídicos 12 mil anos, mas estabelece a existência de três grandes línguas colonizadoras que teriam entrado no continente em vagas sucessivas (Urban in Carneiro da Cunha [org.] 1992).

Segundo essas evidências, há milhares de anos, os povos antigos começaram a migrar e habitar esse outro lado do globo, a chamada América. Com isso, diversas línguas, de diversos troncos e famílias linguísticas, adentraram nesse novo continente e, devido à dimensão espacial e à quantidade de anos em que se estabeleceram nesses territórios, tornaram-se propícias à diferenciação e à multiplicação. Dessa forma, podemos afirmar que as línguas indígenas apresentavam uma rica diversidade na América. Esses dados demonstram que, nessas terras, havia pessoas, culturas e línguas que foram renegadas pelo projeto colonizador por serem pagãs, sob a ótica do Catolicismo, e consideradas selvagens. A ausência de um sistema social tipicamente europeu composto por leis, religião monoteísta e reino, ocasionou na necessidade emergente, sob o prisma do colonizador, de implantação desse modelo de sociedade, resultando em violências de inúmeras espécies. De acordo com Mariani (2004, p. 24), "[...] aos olhos dos europeus, os habitantes do novo mundo não são civilizados, portanto, falta-lhes uma série de atributos para alcançar um grau de civilização próximo àquele idealizado na Europa".

Conforme Lucchesi (2017), os falantes do tronco linguístico Tupi residiam nas regiões entre o rio Xingu e o rio Madeira nas margens ao sul do rio Amazonas, dissipando-se entre 5 a 3 mil anos antes da invasão dos portugueses à América. Durante essa migração, esses povos foram adentrando os territórios do Paraguai, Bolívia, Centro-Oeste e Sul do Brasil. O processo migratório dos falantes do Tupi pelo litoral ainda estava ocorrendo quando os portugueses adentraram as terras ameríndias. De acordo com Rodrigues (2005, p. 35),

> A única estimativa de que dispomos sobre a diversidade das línguas indígenas existentes no Brasil há 500 anos, antes do início da colonização desta parte da América do Sul pelos europeus, é a que foi apresentada, em 1992, na Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (Rodrigues, 1993a, 1993b). Segundo essa estimativa, teria sido de cerca de 1,2 mil o número de diferentes línguas faladas em nosso atual território pelos povos indígenas. O ponto de partida para essa estimativa foi uma relação de 76 povos indígenas que se encontravam numa estreita faixa paralela à costa leste, desde o rio São Francisco, ao norte, até o Rio de Janeiro, ao sul, feita pelo padre jesuíta Fernão Cardim no século XVI (Cardim, 1978 [manuscrito de 1584]). Nessa lista, Cardim referiu-se explicitamente à identidade ou à diferença das línguas faladas por esses povos, deixando claro que, ao todo, se tratava de 65 línguas distintas entre si e distintas da língua dos índios da costa, que eram os tupinambás (que incluem os tupiniquins, caetés, potiguaras, tamoios etc.), com os quais os portugueses mantinham contacto.

Diante desses dados, é possível constatar que mais de mil línguas indígenas estavam presentes na América portuguesa antes da chegada dos lusitanos. Essas línguas e seus dialetos eram falados por diversos grupos étnicos. Atualmente, de acordo com pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), de 2010, registrou-se, no Brasil, por volta de 274 línguas faladas por 305 etnias diferentes, entretanto esse dado difere de pesquisas de linguistas por conta dos critérios utilizados para quantificar o falante de uma língua indígena, bem como a própria definição de língua e de dialeto. Rodrigues (2002, 2005) apontou a existência de 180 línguas indígenas faladas no Brasil, informação que, geralmente, tem aparecido nas estimativas sobre as línguas indígenas brasileiras. Em trabalho mais recente, o autor indicou cerca de 199 línguas indígenas (Rodrigues, 2013), algumas faladas por uma quantidade ínfima de pessoas, o que evidencia que, em pouco tempo, serão extintas, caso não ocorra revitalização. Vale destacar que não há consenso sobre o número de línguas indígenas faladas no Brasil atualmente. Moore (2011), por exemplo, considerando o critério da inteligibilidade mútua, defende que o total dificilmente ultrapassa 150 línguas indígenas.

Com a chegada dos portugueses à América, em 1500, diversas mudanças sociais, culturais, demográficas e linguísticas começaram a ocorrer. Durante esses primeiros contatos, a presença portuguesa ainda era escassa, somente a partir da instituição das feitorias e, posteriormente, das capitanias hereditárias, em 1534, com a vinda de Martim Afonso de Sousa, trazendo consigo um extenso número de portugueses, que essas alterações se expandiram. No entanto, a intenção colonizadora se intensifica a partir de 1549, com a instituição do Governo Geral. Sobre essa nova organização administrativa, Carvalho (2013, p. 30) discorre que,

> Partindo igualmente de um viés econômico, Pedro Calmon afirma que as capitanias estavam se perdendo devido à ameaça francesa e seu comércio com os indígenas, que paulatinamente se estendia pelos grandes hiatos da costa. Com o fracasso das capitanias, era Portugal quem mais saía prejudicado, e, assim, o rei, d. João III, mandou Tomé de Sousa como governador de todas as terras do Brasil, retirando-as do domínio privado e tornando-as colônia da coroa, unificadas em um governo que "criara o Estado", e que seria a "imagem de Portugal na América", retomando a ideia de continuidade reino-colônia, sugerida por Frei Vicente, Rocha Pitta e Varnhagen.

A implantação do Governo Geral não destituiu o sistema das capitanias hereditárias, mas serviu como meio de unificação do poder que estava fragmentado entre os donatários portugueses, dificultando o governo das terras e dos bens produzidos neste território. O primeiro escolhido pelo rei D. João III para estar a frente dessa liderança foi o português Tomé de Sousa, que veio a América portuguesa acompanhado de sua frota e dos religiosos da Companhia de Jesus, liderados pelo Padre Manuel da Nóbrega. Considerando que o *corpus* de nossa pesquisa

se constitui de documentos produzidos por esse jesuíta, na próxima seção, apresentaremos, em linhas gerais, informações sobre sua biografia, bem como a atuação em terras brasílicas, onde também assumiu a função de Provincial da Ordem.

3.3 PADRE MANUEL DA NÓBREGA NA AMÉRICA PORTUGUESA

Manuel da Nóbrega nasceu em 18 de outubro de 1517, no norte de Portugal. O padre ingressou na Companhia de Jesus em 1544, após estudar Latim, em Portugal, e Cânones, em Salamanca, na Espanha. Assim como os outros integrantes da Companhia, Nóbrega praticava atos de caridade e peregrinações. Em vista dessas virtudes e da posição do seu pai, o chanceler-mor Balthazar Nóbrega, o religioso conseguiu ascender na Companhia de Jesus. De acordo com Hernandes (2012, p. 229),

> Nóbrega era gago e teve dificuldades para conseguir lugar no Mosteiro de Santa Cruz, como professor, assim como na Universidade de Coimbra. Dessa forma, decidiu entrar para a Companhia de Jesus, em 1544, quando já era padre. Nóbrega 'foi encomendado pela Obediência o ofício de tratar com o próximo em pregações, confissões, visitar cárceres e hospitais e acudir outras necessidades espirituais e corporais de pessoas particulares' (Ibidem, p. 23). Mas, a estima d'el rei e o parentesco com o Desembargador talvez o tenham ajudado a ser o primeiro jesuíta a vir para o Brasil.

Sendo assim, tornou-se o líder da Companhia de Jesus nas terras americanas aos 32 anos de idade. Em 1553, houve a sua nomeação para se tornar Provincial da Ordem nesse "Novo Mundo", exercendo esta função até o ano de 1559. Nos primeiros meses de trabalho colonizador, o religioso teve o auxílio dos padres Leonardo Nunes, João de Aspicuelta Navarro, Antonio Pires e os irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jácome. Posteriormente, outros padres foram enviados à Colônia em decorrência do aumento das demandas religiosas, sociais e educacionais.

Durante sua estadia no Estado do Brasil, padre Nóbrega vistoriou as capitanias e buscou organizar os processos religiosos e educativos das vilas, buscando, de diversas formas, combater os pecados dos "gentios"[7] – antropofagia, poligamia, "feitiçaria", nudez, adultério –

[7] O uso do termo "gentio" surge diversas vezes nas fontes como referência aos povos indígenas. De acordo com Vainfas (2007, p. 37), "No Brasil, os jesuítas costumavam designar os nativos por meio do coletivo gentio, nominação coerente com o propósito missionário que os animava. Com o tempo, passaram a diferenciar o cristão, supostamente abarcado pela catequese, do gentio ou pagão, que no entender dos padres, eram 'governados pelo demônio". Portanto, esta expressão estaria ligada aos indígenas que ainda não haviam se convertido ao Catolicismo. Outros historiadores destacam que essa nomenclatura estaria diretamente ligada a questões bíblicas, fazendo referência aos povos da Antiguidade que não seguiam ao Judaísmo e os costumes dos hebreus.

e os pecados dos padres seculares que residiam na Colônia. Para alcançar esses objetivos, o padre ressalta a necessidade da institucionalização de igrejas e espaços para estudos, como menciona em uma das suas cartas enviada aos religiosos de Portugal: “Em todas as capitanias se ordenam casas para os filhos do Gentio se ensinarem, de que se crê resultar grande fructo [...]” (Nóbrega, 1551, p. 121). Além desses meios, o líder da Companhia frisava a necessidade de um bispo para sanar as práticas pecaminosas.

No decorrer das suas práticas nesse novo território, além de presenciar a fundação das cidades de Salvador e do Rio de Janeiro e fundar a primeira Igreja Católica da Colônia, o padre Manuel da Nóbrega mediou conflitos em meio às desavenças entre os indígenas “contrários” e os “mansos”, entre os indígenas e os colonos e demais estrangeiros, em especial, como destacou o biógrafo Antonio Franco (1719), o intermédio feito pelo religioso entre os Tamoio e os portugueses. Em meio a esses contextos, Nóbrega defendia os indígenas, aspirando que os mesmos pudessem compor a comunidade de fiéis da Igreja e se tornassem súditos da Coroa. O religioso faleceu em 1570, na capitania do Rio de Janeiro, após sérios problemas de saúde. Entretanto, até o seu falecimento, o líder jesuíta produziu diversos documentos, especialmente cartas, destinando-as a diversas pessoas que faziam parte do seu círculo social e profissional, como será discutido na seção a seguir.

4 O *CORPUS* DA PESQUISA: DOCUMENTOS E SEUS DESTINATÁRIOS

Durante os anos de atuação jesuítica na América portuguesa, fazia-se imprescindível comunicar ao Provincial da Companhia de Jesus em Portugal, à Coroa e aos demais irmãos e religiosos os feitos que estavam ocorrendo naquelas terras. Diante disso, o padre Manuel da Nóbrega e os outros padres das missões jesuíticas produziram diversas missivas, relatórios, sermões entre outros escritos, resultando na produção de diversos documentos do século XVI por membros dessa Instituição. A coletânea *Cartas do Brasil (1549-1560),* que se constitui como *corpus* da presente pesquisa, trata-se de um conjunto de documentos escritos pelo padre Manuel da Nóbrega durante seus primeiros anos de atuação na América portuguesa. Nesses documentos, observamos a perspectiva de um colonizador, o que exige que essa leitura e interpretação sejam feitas a contrapelo, nos termos de Benjamin, [1940] 2012), visando, assim, pensar o panorama dos que estavam sendo colonizados. Para isso, fez-se necessária a aplicação do paradigma indiciário de Ginzburg ([1989] 2014), na busca exaustiva e minuciosa de indícios na documentação, que nos permitam entrever as nuances da história social e linguística do território em questão. Além da intenção de informar, esses documentos escritos pelos jesuítas visavam registrar os feitos da Ordem, tornando-se em materiais de importante relevância histórica, por conter informações pormenorizadas da história social, cultural e linguística do Estado do Brasil.

Os documentos foram enviados a diversos destinatários; o primeiro e mais recorrente foi o padre Simão Rodrigues de Azevedo, o mestre, assim chamado por Nóbrega, um dos membros fundador da Companhia de Jesus e primeiro Provincial jesuíta em Portugal. Durante os anos de liderança deste, a Ordem expandiu-se com facilidade. Nos primeiros meses de atuação de Manuel Nóbrega, algumas cartas são enviadas ao doutor Martín Aspicuelta Navarro, professor de Direito Canônico da Universidade de Coimbra, que era também tio do padre João Aspicuelta Navarro e um dos mestres do padre Nóbrega. Um dos documentos presente em *Carta do Brasil (1549-1560)* trata-se de um relatório sem destinação definida, suponha-se que seria enviado aos padres e irmãos da Companhia de Jesus em Portugal, ou ao rei D. João III (1521-1557). Ao rei são destinadas outras cartas, sendo este conhecido como o rei colonizador, por ter implantado o sistema das capitanias hereditárias e, posteriormente, o Governo Geral, após esses feitos, faleceu em 1557.

Algumas missivas foram enviadas diretamente aos irmãos do Colégio de Jesus em Coimbra, que eram destinados a nobres e burgueses da sociedade lusitana, com vistas a informá-los sobre o andamento dos colégios que estavam sendo construídos em terras brasílicas. Outras

epístolas são enviadas ao padre Inácio de Azevedo, religioso que nasceu em uma família abastada em Portugal, em 1527. Após estudar e ir a um retiro na cidade de Coimbra, Azevedo ingressou na Companhia, em 1548, exercendo nela importantes funções. O padre Manuel da Nóbrega também dirigiu cartas diretamente ao fundador da Ordem, Inácio de Loyola. Um documento, especificamente, foi enviado para outra Capitania dentro do próprio território americano português. Em 1517, uma missiva foi enviada à população da Capitania de São Vicente, visando informar os avanços e problemas que vinham ocorrendo nas capitanias. O líder jesuíta enviou cartas a Tomé de Sousa, após o mesmo deixar a liderança do Estado do Brasil, bem como enviou cartas ao cardeal infante D. Henrique de Portugal.

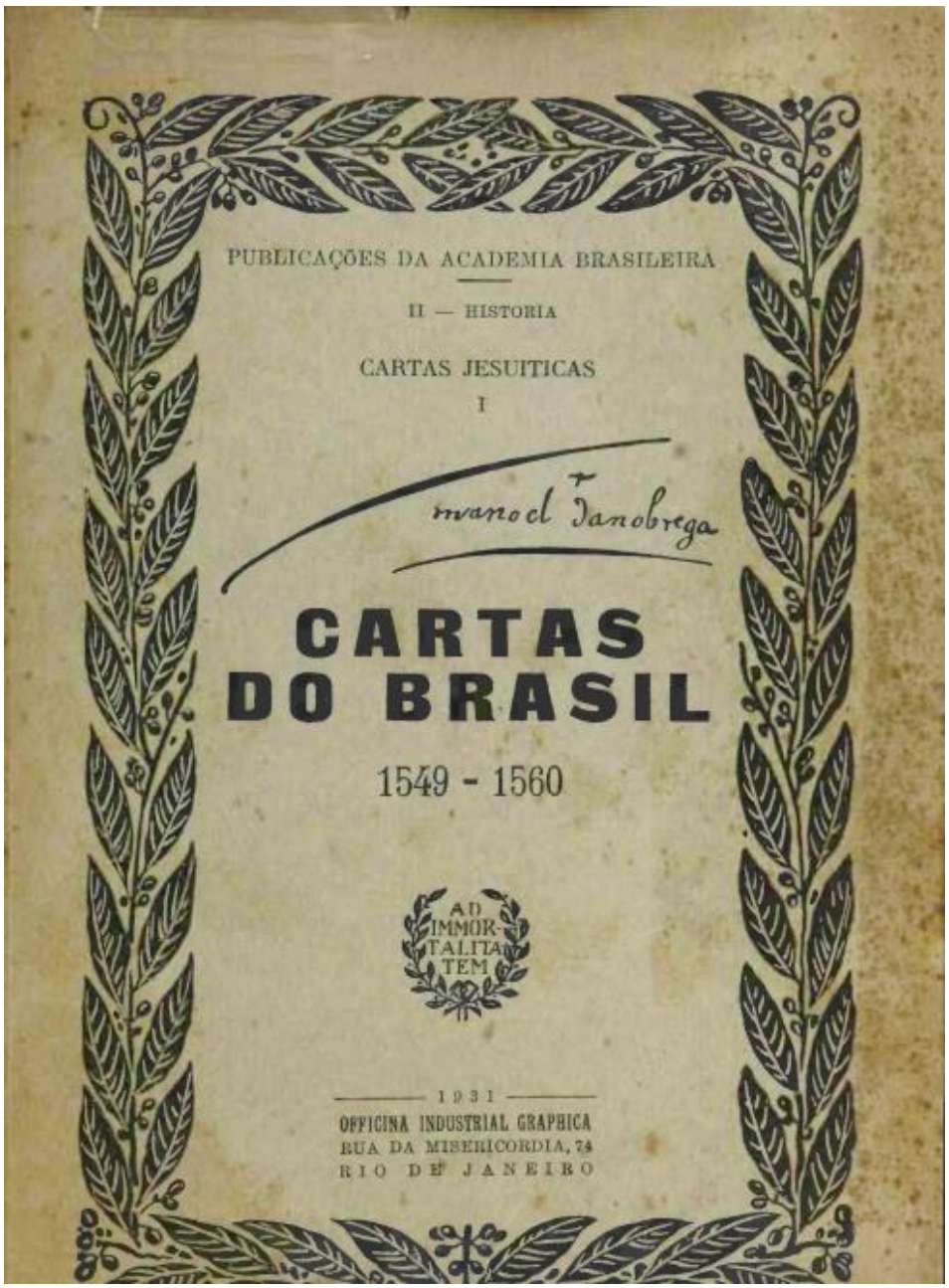
A maioria dessas pessoas eram influentes na sociedade portuguesa e relevantes na vida pessoal e profissional do padre Manuel da Nóbrega. Conhecer os destinatários, bem como o escritor dos testemunhos nos permite uma visão mais ampliada sobre as fontes de pesquisa e os assuntos tratados nas mesmas. Além disso, permite-nos perceber que havia relações simétricas e assimétricas, entre o padre Nóbrega e os sujeitos para os quais os escritos eram direcionados, ou seja, sujeitos que estavam na mesma posição social que o religioso, superior ou abaixo.

4.1 CARTAS DO BRASIL (1549-1560)

Como mencionamos, *Cartas do Brasil (1549-1560)* trata-se de uma coletânea de documentos escritos pelo padre Manuel da Nóbrega que refletem os primeiros anos de atuação jesuítica na América portuguesa. Esses documentos foram publicados pela Editora Imprensa Nacional, do Rio de Janeiro, em 1931. A coletânea é composta por 20 cartas, um relatório e um diálogo.

As fontes documentais, que tomamos como *corpus* de nossa investigação, exploram os acontecimentos desde a chegada da Companhia de Jesus na América portuguesa, em março de 1549, quando Tomé Sousa chega para criar a Cidade da Bahia (Salvador) e instalar o Governo Geral, até o adoecimento e afastamento do padre Manuel da Nóbrega como Provincial da Companhia, em 1560. Sendo assim, essa documentação informa-nos como teriam ocorrido os primeiros contatos dos povos nativos com o Cristianismo, através do Catolicismo, bem como os primeiros contatos com as primeiras letras. Ademais, podemos também entrever o contato com as línguas indígenas e a política de gestão das línguas.

Imagem 1 – Capa da publicação *Cartas do Brasil (1549-1560).*



Fonte: Nóbrega (1931).

4.2 PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

A metodologia escolhida buscou alcançar respostas para o problema de pesquisa, a partir de uma análise minuciosa e verticalizada em torno da temática das políticas linguísticas coloniais, mais precisamente, da atuação dos jesuítas na gestão das línguas na América portuguesa. Desse modo, a abordagem utilizada na pesquisa utilizou-se de perspectivas que almejavam alcançar detalhes raramente observados ou vagamente analisados, objetivando, com

isso, contribuir para uma revisão historiográfica e agregar novas discussões em torno da temática.

Em vista disso, esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, em decorrência da busca por maior profundidade na análise dos dados. Ademais, vale ressaltar que a chamada "abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto [...]. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações" (Chizzotti, 2000, p. 79). Dentro dessa perspectiva, é preciso considerar as fontes documentais na condição de objetos escritos permeados por ideologias, que refletem aspectos históricos, sociais e culturais dos sujeitos que as produziram.

A natureza de nossa pesquisa é predominantemente exploratória. De acordo com os pressupostos de Motta-Roth e Hendges (2010, p. 119-120),

> A pesquisa exploratória pode ser definida como bibliográfica e documental. Nesse caso, a metodologia envolverá o procedimento de levantamento da bibliografia e os documentos referentes ao problema em questão. [...] Um exemplo seria o estudo das práticas sociais e comerciais na época das descobertas dos novos territórios (como o Brasil) e a partir de bibliografia de outros autores e documentos ligados às viagens de navegação.

Em vista disso, a presente investigação fundamenta-se em autores e pesquisadores que trazem luz à temática proposta, a exemplo dos trabalhos de Mattos e Silva (1998, 2004), Souza (2019), Hermann (2007), Vainfas (2007), Leite (1938), Rodrigues (2002, 2005), Hernandes (2012), Calvet (2007), Rajagopalan (2013), Saviani (2013), Mendonça (2010), entre outros. E trata-se de uma pesquisa documental por explorar fontes históricas.

Como mencionamos, as fontes utilizadas fazem parte da coletânea *Cartas do Brasil (1549-1560)* e, apesar de serem materiais anteriormente analisados por outros pesquisadores, as fontes documentais históricas possibilitam ser reexaminadas. O arquivo encontra-se editado e digitalizado em *Portable Document Format* (PDF), disponibilizado na Biblioteca Digital de Literatura de Países Lusófonos (BLPL), podendo ser acessada por meio do link: https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?id=220438.

Em relação a esta monografia, salientamos que a escrita perpassou por fases distintas. A primeira e contínua etapa refere-se ao período de revisão da literatura em torno da área e da temática discorrida. A etapa subsequente tratou do levantamento de dados e análises. No que se refere à coleta de dados, ressaltamos que a mesma ocorreu por meio do método indiciário (Ginzburg, [1989] 2014). Este paradigma para pesquisar a historiografia surge por volta de

1970, quando novas abordagens de se pensar os fatos históricos são estimulados pela Escola dos Annales. Entre essas mudanças, manifestam-se, a partir de 1960, as concepções sobre a história social, na perspectiva da história vista de baixo (Thompson, [1966] 2012). Sobre essa forma de fazer história, Luca (2008, p. 113-114) apresenta a seguinte síntese:

> O abandono da ortodoxia economicista, o reconhecimento da importância dos elementos culturais, não mais encarados como reflexo de realidades mais profundas, o que era comum em leituras reducionistas, e a verdadeira revolução copernicana efetuada por Thompson ao propor que se adotasse a perspectiva dos vencidos, a história vista de baixo (history from below), trouxeram ao centro da cena a experiência de grupos e camadas sociais antes ignorados e inspiraram abordagens muito inovadoras, inclusive a respeito de culturas de resistência.

Tendo como pressuposto pensar os sujeitos excluídos, diferentemente do viés positivista, entre outras questões, surge a noção de micro-história, abordagem que, através de indícios, constrói narrativas a partir de fontes diversas. Destacamos e utilizamos a técnica de coleta dessa abordagem, o chamado paradigma indiciário.

Diante do exposto, na presente pesquisa coletamos os dados através de leituras exaustivas e minuciosas em busca de pistas que evidenciaram os processos linguageiros em havidos na América portuguesa, com vistas a discutirmos as políticas linguísticas executadas na segunda metade do primeiro século de conquista e colonização. Ademais, a análise das fontes ocorreu a partir de leituras a contrapelo (Benjamin, [1940] 2012), realizando leituras e interpretações críticas das fontes, com vistas a considerar e enfatizar personagens que fizeram parte dos testemunhos analisados, isto é, os povos originários. Além disso, faz-se necessária essa aplicação teórica em razão das fontes serem oficiais, evitando, assim, anacronismos e desconsideração do papel do indígena em todo o período estudado e a possível prevalência do discurso do colonizador. Nesse sentido, buscamos identificar aspectos sociais, culturais e históricos das fontes. Em seguida, observamos os indícios que elucidaram os mecanismos que interferiram nas línguas.

Através de documentos históricos tomados como *corpus*, a metodologia adotada para esta pesquisa propiciou uma estrutura possível para a investigação das práticas de políticas linguísticas criadas e difundidas pela Companhia de Jesus no século XVI. Nessa direção, buscamos encontrar novas respostas para a história linguística colonial, trazendo elementos ao debate sobre a gestão das línguas nesse período, que serão tratados na próxima seção.

5 INDÍCIOS SOBRE OS PROCESSOS LINGUAGEIROS E EDUCACIONAIS NA AMÉRICA PORTUGUESA

Para a discussão aqui proposta, alguns aspectos apresentam particular relevância em torno dos processos linguageiros ocorridos na América portuguesa e das políticas linguísticas coloniais difundidas pelos jesuítas, com a legitimação da Coroa portuguesa. Considerando os resultados da pesquisa realizada, a primeira questão a ser discutida refere-se a como ocorria o ensino da doutrina cristã, da leitura e da escrita, durante os primeiros anos de projeto evangelizador; o segundo ponto trata da trajetória do surgimento das primeiras estruturas formais de ensino na América portuguesa; posteriormente, ressaltamos a atuação dos intérpretes na intermediação dos primeiros contatos e, por fim, discutimos a atuação de mulheres, crianças e mamelucos nos processos de ensino.

5.1 OS PRIMEIROS CONTATOS LINGUÍSTICOS E O ENSINO DA DOUTRINA CRISTÃ, DA LEITURA E DA ESCRITA

Desde a chegada da frota de Pedro Álvares Cabral à América portuguesa, iniciou-se um processo etnocida e glotocida, uma vez que degradados e marinheiros jovens foram deixados nas terras americanas para aprenderem a língua dos nativos e, posteriormente, servirem de intérpretes, trazendo com eles enfermidades e conflitos (Mattos e Silva, 2004). Esse processo intensificou-se com o passar dos anos, sobretudo em 1549, quando o Governador Geral Tomé de Sousa e os religiosos da Companhia de Jesus desembarcaram na capitania da Bahia, trazendo com eles novos projetos para a colonização. Dentre os objetivos do Governo Geral estava a fundação da cidade de Salvador – chamada de Cidade da Bahia –, a centralização da organização administrativa, a criação de aldeias e vilas, além da construção de igrejas e escolas. Outrossim, tornar a Colônia (no caso, o Estado do Brasil) mais lucrativa e intensificar a proteção contra invasores estrangeiros, também fazia parte desta nova fase da história do Brasil.

Antes da chegada dos portugueses à América, os povos indígenas conviviam com suas tradições e costumes. Entre as suas práticas, também ocorria o processo educativo, apesar da ausência das ideias pedagógicas nos termos da Pedagogia tradicional (Saviani, 2013). Sendo assim, os indígenas não eram somente "papéis em branco" como julgavam os europeus. Como é possível observar em uma das primeiras cartas enviadas da América portuguesa, em que Nóbrega diz: "[...] Poucas lettras bastariam aqui, porque tudo é papel branco, e não ha que fazer

outra cousa, sinão escrever á vontade as virtudes mais necessarias e ter zelo em que seja conhecido o Creador destas suas creaturas" (Nóbrega, 1549, p. 94)[8]. Os povos originários tinham suas próprias configurações sociais e práticas culturais. Dentro desses sistemas, a cooperação, a troca de conhecimentos e as tradições eram preponderantes. Os portugueses, entretanto, viam-se, por conta do projeto colonizador, livres para "escrever à vontade", isto é, engendrar todas as ideologias e os preceitos europeus nos povos indígenas, sem a permissão desses sujeitos históricos, expressando a intensa violência que marca prática do colonialismo.

Ao discutirmos sobre o percurso historiográfico das relações linguísticas no Brasil, deparamo-nos com uma infinidade de povos com suas culturas e línguas. Essa realidade multifacetada experienciou diversas interferências em decorrência desse projeto colonizador. Sobre a colonização, faz-se preciso um olhar crítico, haja vista que não se trata somente da expansão territorial. De acordo com Césaire (1978, p. 14-15),

> O que é, no seu princípio, a colonização? Concordemos no que ela não é; nem evangelização, nem empresa filantrópica [...]. Entre a colonização e o colonizado, só há lugar para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, o imposto, o roubo, a violação, as culturas obrigatórias.

O processo de colonizar um território parte de múltiplas motivações, entre as principais, as questões lucrativas são preponderantes. Além disso, esse processo tende a ocorrer de diversas formas. Nas terras americanas em posse portuguesa, as primeiras intenções foram exploratórias. A partir da vinda dos jesuítas e implantação do Governo Geral, inicia-se a busca intensiva por povoamento. Essas questões históricas, sociais e demográficas expressam diversos fatos sobre as línguas. Como ressaltado pelo autor acima, tratando-se de colonização, as relações culturais são profundamente afetadas. Visto que cultura, identidade e língua são inseparáveis.

Este processo conflituoso perdurou por séculos no território brasileiro e devastou diversas culturas e línguas que aqui viviam a mais de cinco ou dez mil anos nos territórios invadidos (Rodrigues, 1993). Além de todas essas problemáticas históricas, a língua, nas relações de colonização, apresenta um protagonismo singular, devido à estreita relação que a mesma mantém com o poder e a política. Nessa direção, as línguas seriam instrumentos importantes do processo de dominação.

De acordo com Leite (1938, p. 545), entre uma das inúmeras regras da Companhia de Jesus "[...] é que todos aprendam a língua da terra onde residem, se não virem que é mais útil a

[8] As citações de trechos da documentação tomada como *corpus* consideram a datação do documento citado, embora todos estão organizados em *Cartas do Brasil* (Nóbrega, 1931).

sua própria". Essa norma explicaria o fato de os jesuítas buscarem meios para aprendizagem da língua indígena. Além disso, aprenderem o idioma dos nativos e se aproximarem das suas culturas, seria uma estratégia para sobreviverem naquele ambiente novo e pouco explorado (Hernandes, 2012). Ao aprenderem sobre os povos nativos, elementos da própria cultura autóctone poderiam ser usados como meio de manipulação ideológica. Como mencionado pelo padre Nóbrega (1552, p. 142), em carta enviada ao padre Simão Rodrigues de Azevedo,

> [...] si nos abraçarmos com alguns costumes deste Gentio, os quaes não são contra a nossa Fé Catholica, nem são ritos dedicados a idolos, como é cantar cantigas de Nosso Senhor em sua lingua pelo seu tom e tanger seus instrumentos de musica, que elles em suas festas, quando matam contrarios, e quando andam bebados, e isto para os attrahir a deixarem os outros costumes essenciaes, e, permittindo-lhes e approvando-lhes estes, trabalhar por lhes tirar os outros, e assim o prégar-lhes a seu modo em certo tom, andando, passeando e batendo nos peitos, como elles fazem, quando querem persuadir alguma cousa, e dizel-a com muita efficacia, e assim tosquiarem-se os meninos da terra, que em casa temos, a seu modo, porque a similhança é causa de amor, e outros costumes similhantes a estes?

Apesar de essa dúvida surgir ao padre Manuel da Nóbrega, somente após dois anos da sua vinda a América portuguesa, em decorrência da vinda do bispo Pero Fernandes Sardinha à Colônia, a prática de cultivo das tradições indígenas havia iniciado desde sua chegada a terra d'além-mar. Primordialmente, através da assimilação da língua local.

Em consequência dessas intenções, recém-chegados à Capitania da Bahia, os religiosos começaram a aprender a língua falada na costa, como podemos testemunhar no excerto abaixo:

> Trabalhamos de saber a lingua delles e nisto o padre Navarro nos leva vantagem a todos. Temos determinado ir viver com as aldeias, como estivermos mais assentados e seguros, e aprender com elles a lingua e il-os doutrinando pouco a pouco. Trabalhei por tirar em sua lingua as orações e algumas praticas de Nosso Senhor [...] (Nóbrega, 1549, p. 73).

A partir desse trecho, observamos a emergência para a aprendizagem da língua indígena e a importância que a mesma teria para o processo de catequese. Vale acentuar que os sujeitos em posição de subalternizados buscaram meios para defender suas práticas tradicionais, e também linguísticas, como ressalta Mariani (2003, p. 24): "Apesar da dominação, por outro lado, o colonizado pode silenciosamente estar exercendo formas de resistência e de reorganização de suas práticas significativas". Como observamos no fragmento a seguir, Manuel da Nóbrega relata que havia dificuldade para acessar esses indígenas, isto é, não houve, majoritariamente, conversões amigáveis ou somente por "suborno" através da troca de objetos europeus, como reforça a historiografia dos grandes acontecimentos. O principal recurso dos

jesuítas contra esses mecanismos de resistência, como a fuga, as guerras e a recusa de sacramentos, era a intimidação, através do medo:

> O Governador vendo que succedia tão bem á prisão do feiticeiro e que tanto fructo disso [...] os que impediam a palavra do Evangelho do Senhor; do que resultou muito maior bem, e os Indios se sujeitaram com isso mais, e se fizeram muito nossos obedientes; assim que por experiencia vemos que por amor é mui difficultosa a sua conversão, mas, como é gente servil, por medo fazem tudo [...] (Nóbrega, 1557, p. 159).

Nesse fragmento, o jesuíta demonstra os meios utilizados para dominar os sujeitos nativos, através de prisões e estimulação do amedrontamento. Nesse caso, especificamente, a detenção de um "feiticeiro" estava gerando bons resultados, haja vista que essa ação intimidava os demais. Além disso, esse "feiticeiro", que provavelmente interferia na difusão do Cristianismo por disseminar práticas espirituais autóctone, ao estar encarcerado, limitaria seu poder de influência sobre os outros indígenas. Retomando a discussão sobre o estímulo ao medo, o padre Manuel da Nóbrega responsabiliza os próprios indígenas sobre a necessidade de aplicação dessa forma de catequização por serem "gente servil". Entretanto, essa estratégia de manipulação levava alguns a deixarem as reduções[9] jesuíticas com os seus filhos, que já estavam imersos na cultura cristã, como é descrito por Nóbrega no trecho abaixo:

> E porque alguns se asseguravam com as nossas palavras, inventaram a dizer-lhes que nós os queriamos ter juntos para os melhor matarem, e com este medo de os matarem e com lhes tomarem às roças e terras, que é outro genero de os matar, se foram muitos, outros ficaram ainda, que tambem esperamos se irão si a causa vai como vai; o Governador nisso não póde fazer nada, nem sei si o que vier fará alguma cousa; para nós é grande dôr esta, porque vemos que são forçados irem-se onde não poderemos ter conta com elles, e levam-nos os filhos, que já estavam doutrinados [...] (Nóbrega, 1557, p. 172).

Os povos indígenas não foram somente vítimas do dominador europeu, ideia que está engendrada nos livros didáticos, na mentalidade comum. Pensar nessa perspectiva, retira o protagonismo dos povos indígenas, como pessoas que resistiram e lutaram contra a assimilação religiosa e os mecanismos de dominação (Mundim, 2021). Como observamos no fragmento acima, mesmo após possíveis imersões na religiosidade e ensino de caráter cristão, alguns indígenas retornavam às suas raízes, contrariando assim as disposições e visibilizando seu protagonismo sobre as suas ações como sujeitos históricos.

[9] As reduções jesuíticas eram aldeamentos organizados e administrados pelos padres da Companhia de Jesus. Nessas missões, os indígenas eram instruídos na fé católica e introduzidos no ensino da leitura e da escrita. Além disso, nessas reduções, havia o desenvolvimento da agropecuária, pecuária e, com o avanço do projeto colonizador, começou a haver também o desenvolvimento do artesanato e a exportação e importação de produtos.

Retomando a discussão sobre a situação linguística nesse contexto de resistência e apropriação dos jesuítas sobre esse objeto simbólico, em 1551, realizavam-se, com afinco, algumas atividades na língua indígena, como observamos no trecho a seguir:

> Agora ouvem missa cada domingo e festa e têm doutrina e prégação na sua lingua ás tardes. Andam taes que assi festas como pela semana o tempo que podem furtar vêm a que lhes ensinemos as orações [...] E destes é a multidão tanta que não cabem na egreja e muitas vezes é necessário fazerem duas esquipações deles, de maneira que assi nós como os meninos órfãos, é necessario o mais do tempo gastal-o com elles (Nóbrega, 1551, p. 120-121).

Nesse momento, constatamos que a aprendizagem da língua indígena estava ocorrendo de forma efetiva, mesmo antes da emergência da gramática da língua mais falada na costa do Brasil (Tupi/Tupinambá), que começou a ser escrita a partir da vinda do padre José de Anchieta, em 1553. No entanto já ocorriam pregações na língua indígena, buscando aproximar os povos originários da realidade cristã. Além desse aspecto, nesse trecho, o jesuíta exaltava-se pela quantidade de "fiéis" que havia naquele momento, assim como a menção às crianças portuguesas órfãs, que trataremos posteriormente neste trabalho.

Ademais, para facilitar a aprendizagem da língua Tupi, alguns religiosos passaram a conviver com os indígenas nas suas aldeias. Nos primeiros anos, o designado a essa função foi o padre João Aspicuelta Navarro, que assimilou com facilidade a língua indígena do território. Esse religioso em específico é mencionado diversas vezes nas missivas por conta da sua atuação no que se refere à assimilação da língua nativa e aos meios pelos quais a utilizou no ensino. O religioso era um basco que recebeu o último sobrenome em referência a sua origem natal, a atual comunidade autônoma de Navarra, localizada na Espanha. O padre João Navarro desde jovem afeiçoou-se pela vida religiosa e, por ser sobrinho do doutor Martín Aspicuelta Navarro – um dos destinatários das cartas de Nóbrega –, ingressou na Universidade de Coimbra e, posteriormente, na Companhia de Jesus.

O historiador Serafim Leite destaca algumas atuações desse importante religioso nas questões linguísticas, a exemplo dos trabalhos de tradução:

> O P. Navarro traduziu na língua tupi «a criação do mundo, e a Incarnação e os demais artigos da Fé, e mandamentos da Lei, e ainda outras orações, especialmente o Padre-Nosso, as quais orações de contínuo lhes ensino, em sua língua e na nossa» diz êle. Navarro deu àquele português de Pôrto-Seguro passagens «do Testamento Velho e Novo, e Mandamentos, Pecados Mortais, e Artigos da Fé e Obras de Misericórdia para me tornar em língua da terra», diz êle. Traduziu-lhe também alguns sermões sôbre o «Juízo, Inferno e Glória», uma «Confissão Geral, Princípio e fim do mundo». Êstes sermões e orações, aprendidas e decoradas pelo Padre, as ensinava, depois, aos meninos, em vez das canções gentílicas (Leite, 1938, p. 546-547).

As traduções foram indispensáveis para a catequese indígena e a disseminação do Catolicismo, uma vez que, através da língua indígena mais falada na costa, estava ocorrendo todos os processos de doutrinação e ensino. Rememorando a menção feita ao padre em um dos trechos supracitados, Nóbrega menciona essa facilidade do jesuíta João Aspicuelta Navarro: "Trabalhamos de saber a lingua delles e nisto o padre Navarro nos leva vantagem a todos" (Nóbrega, 1551, p. 73). Além dessa passagem, ocorrem outras menções: "O padre Navarro estava (como ainda está) em suas aldeias, prégando aos grandes e ensinando a ler e a fazer orações aos pequenos e ajudando a se afervorarem no amor de Deus e no desejo do baptismo alguns homens e cathecumenos, entre os quaes alguns o pedem com muita instancia [...]" (Nóbrega, 1550, p. 103). Outros trechos que testemunham a atuação e conhecimento da língua indígena pelo padre João Aspicuelta Navarro são transcritos abaixo:

> Na lingua deste paiz alguns somos muito rudes e mal exercitados, mas o padre Navarro tem especial graça de Nosso Senhor nesta parte, porque andando pelas aldeias dos Negros, em poucos dias que aqui estamos, se entende com elles e prége na mesma lingua e finalmente em tudo parece que Nosso Senhor lhe presta favor e graça para mais poder ajudar as almas. [...] ainda faz cantar aos meninos certas orações que lhes ensinou em sua lingua delles, em logar de certas canções lascivas e diabolicas que d'antes usavam (Nóbrega, 1550, p. 105).

> Outras cousas similhantes se têm dado, que seria longo ennumerar, e a maior parte dellas com o dito Padre que anda sempre pelas aldeias e ahi dorme e come para ter mais facilidade em pregar á noite, porque a esta hora é que estão juntos na aldeia e mais descançados: e já sabe a lingua delles que, ao que parece, muito se conforma com a biscainha, de modo que com elles se entende; e a todos nos leva vantagem, que parece Nosso Senhor ter feito especial graça á nação de Navarra, em acudir aos infieis como fazem Mestre Francisco nas outras Indias do Rei de Portugal, e este Padre nas terras do Brasil: onde corre com tanto fervor de uma terra á outra, que parece abrazar os montes com o fogo da charidade (Nóbrega, 1549, p. 93).

Entre outras alusões, destaca-se a atividade do religioso junto aos povos indígenas, isto é, convivendo nas aldeias desde sua chegada à América portuguesa, além de ter percorrido por diversas capitanias. Mas, principalmente, ressalta-se a sua facilidade com a aprendizagem da língua Tupi. Os jesuítas apresentavam habilidades com o Latim, resultante dos estudos prévios para a ordenação sacerdotal. Essa familiaridade com a língua latina facilitou o processo de aprendizagem dos religiosos para com a língua indígena. Este seria um dos motivos para sua facilidade, além do contato direto com as tribos e o convívio diário. Outro ponto a ressaltar sobre a facilidade na aprendizagem da língua indígena, sob o ponto de vista do padre Nóbrega, seria por conta da origem espanhola do religioso, mais precisamente da região de Biscaia, província do seu país natal. De acordo com os estudos de Figueiredo (1995), a língua materna do indivíduo pode influenciar na aquisição de uma segunda língua. Padre João Navarro exerceu

as atividades educativas e de disseminação dos ideais europeus até 1557, quando faleceu na Capitania da Bahia.

Além dessas considerações sobre os padres e as línguas, destacamos que, inicialmente, os religiosos jesuítas visavam abarcar o maior número de indígenas para o Catolicismo. Dessa forma, ocorreram batismos desordenados e outras práticas invasivas que ocasionaram em fugas e guerras. Além das estratégias de conversão, os religiosos fixaram suas atenções nos líderes indígenas, porquanto, ao serem convertidos, poderiam conquistar membros das suas aldeias para a Igreja. Nóbrega (1549, p. 73-74) destaca que

> Tambem achamos um Principal delles já christão baptisado [...]. Anda muito fervente e grande nosso amigo; demos-lhe um barrete vermelho que nos ficou do mar e umas calças. Traz-nos peixe e outras cousas da terra com grande amor; não tem ainda noticia de nossa Fé, ensinamo-lh'a; madruga muito cedo a tomar lição e depois vai aos moços a ajudal-os ás obras. Este diz que fará christãos a seus irmãos e mulheres e quantos puder.

Os líderes indígenas apresentavam para os povos originários uma relevância singular, dado que os mesmos representavam e defendiam os interesses da sua comunidade. Além de serem essenciais para a mediação de conflitos e a preservação dos costumes e tradições da sua tribo, seriam uma forte influência para os demais. Ainda em relação a esses sujeitos, vale ressaltar que eles mantinham uma maior aproximação com os padres jesuítas em comparação aos outros indígenas, o que fortalecia uma possível conversão através de incentivos materiais e do ensino da leitura e da escrita. Nóbrega ressalta que um desses líderes estava aprendendo com facilidade a leitura e a escrita, apontando como estava ocorrendo o processo de alfabetização nos primeiros meses de atuação jesuítica, como descrito no seguinte trecho:

> Si ouvem tanger à missa, já acodem e quanto nos vêm fazer, tudo fazem, assentam-se de giolhos, batem nos peitos, levantam as mãos ao Ceu e já um dos Principaes delles aprende a ler e toma lição cada dia com grande cuidado e em dous dias soube o A, B, C todo, e o ensinamos a benzer, tomando tudo com grandes desejos (Nóbrega, 1549, p. 72).

Poderiam ser diversas as motivações para que alguns indígenas apresentassem essa aproximação para com as atividades litúrgicas, como participar das missas e dos ritos que as compõem, mas, como mencionamos nessa investigação, a intimidação foi um dos principais fatores. Além disso, podemos observar que o ensino se iniciava da premissa do abecedário, comumente utilizado na contemporaneidade. Na análise da documentação, podemos verificar outras menções feitas aos líderes indígenas, como é possível observar nos trechos a seguir:

> Na villa de S. João se procede da mesma maneira, posto que com menos fervor, porque o Principal delles, que tambem servia de meirinho, não ajudava, mas estorvava e desobedecia muitas vezes ao Governador e aos Padres e, sendo dos do Paraaçú, entrava com elles desobedecendo nisso ao mandado do Governador, do qual se temia alguma traição por ser Indio mui sábio e mui estimado e por isso mui soberbo; este se chama Mirãgaoba, pelo qual de conselho dos Christãos que todos suspeitavam mal delle fazer pazes com seus contrarios; foi preso e humilhado, e agora foi ajudar ao Governador com todos os seus e dizem que o faz tão bem que vai merecendo soltarem-n'o de todo (Nóbrega, 1559, p. 184).

Aos líderes indígenas que se converteram ao Catolicismo e se afeiçoaram aos religiosos, algumas atividades lhes eram designadas, como a tarefa de serem meirinhos, ou seja, seriam responsáveis por fiscalizar os demais indígenas. Como podemos observar no recorte acima em que um dos indígenas estava a se rebelar contra o Governador, evidenciando com isso momentos de resistência que havia em todo aquele processo de colonização. Além disso, os meirinhos poderiam fazer pregações e disseminar entre os outros os preceitos cristãos.

Durante os primeiros anos de difusão da doutrina cristã e das bases da leitura e da escrita, diversos espaços foram ocupados pelos jesuítas para cumprir esse objetivo. Logo nos primeiros meses, religiosos foram direcionados para a Capitania de São Jorge dos Ilhéus, território doado por meio de carta régia ao fidalgo português Jorge de Figueiredo Correia, em 1534. No ano de 1549, ao padre Leonardo Nunes, um dos seis que desembarcaram em março do mesmo ano com Nóbrega, e ao irmão Diogo Jácome, uma vez que até momento não havia recebido o sacramento da ordem, cabia ministrar os sacramentos e ensinar as crianças indígenas nessa Capitania. Segue os seguintes fragmentos que ilustram este fato:

> O padre Leonardo Nunes mando aos Ilheos e Porto Seguro, a confessar aquella gente que tem nome de Christãos, porque me disseram de lá muitas miserias, e assim a saber o fructo que na terra se póde fazer. Elle escreverá a Vossa Reverendissima de lá largo. Leva por companheiro a Diogo Jacome, para ensinar a doutrina aos meninos, o que elle sabe bem fazer; eu o fiz já ensaiar na nau, é um bom filho (Nóbrega, 1549, p. 74).

E ainda nos informa: “Leonardo Nunes mandei aos Ilhéos, uma povoação daqui perto, onde dá muito exemplo de si e faz muito fructo, e todos se espantam de sua vida e doutrina; foi com elle Diogo Jacome, que fez muito fructo em ensinar os moços e escravos” (Nóbrega, 1549, p. 86). Dessa forma, nos primeiros meses de atuação jesuítica, os religiosos foram sendo direcionados pelo líder da Companhia pelas capitanias e vilas existentes, para que houvesse a expansão do plano de colonização do território e disseminação da doutrina cristã e, por vezes, do ensino da leitura e da escrita.

Além da Capitania de Ilhéus, o ensino ramificou-se também pelas capitanias de Porto Seguro e, principalmente, de São Vicente. No trecho abaixo, padre Manuel da Nóbrega ressalta

a quantidade de meninos órfãos que se deslocaram para esta última, além de explicitar como estava ocorrendo o processo religioso e educativo na Capitania de Porto Seguro, como a ocorrência de pregação aos domingos e festas litúrgicas. Novamente comunica os avanços dos meninos em relação ao ensino:

> Para S. Vicente foram-se dez ou doze com o padre Leonardo, não podendo ir mais por ser a embarcação pequena. Quando vier o Governador mandaremos os outros. [...] Diogo Jacome e eu ficamos neste Porto Seguro. Eu prégo os domingos e festas, elle ensina a doutrina christã e já os meninos estão bem adiantados nella (Nóbrega, 1550, p. 106-107).

Os órfãos portugueses (e também meninos indígenas) eram diversas vezes incentivados a atrair as crianças indígenas que estavam distantes das práticas "civilizatórias", portanto, para as missões iniciais em São Vicente, além dos religiosos, os meninos faziam-se necessários e, nesse momento, entre 10 ou 12 órfãos, acompanharam o padre Leonardo Nunes. Havia, nesse momento, um incentivo maior para com o projeto colonizador na Capitania de São Vicente, visto que era uma das principais e mais produtivas da Colônia naquele período. Além desse motivo, padre Manuel da Nóbrega destaca que:

> [...] sómente lhe darei alguma conta desta capitania de S. Vicente, onde a maior parte da Companhia residimos, por ser ella terra mais apparelhada para a conversão do Gentio que nenhuma das outras, porque nunca tiveram guerra com os Christãos, e é por aqui a porta e o caminho mais certo e seguro para entrar nas gerações do sertão, de que temos boas informações [...] (Nóbrega, 1554, p. 144).

A ausência de guerras com os cristãos e a "mansidão" dos indígenas que residiam em São Vicente facilitariam o processo de introdução do Catolicismo. Ademais, faria com que fosse possível adentrar os sertões com menor dificuldade, isto é, nos interiores da América portuguesa. Um dos objetivos de Nóbrega era o adentramento dos sertões, dado que o foco das missões estava centralizado na costa, visando protegê-la das invasões de outros países. Sendo assim, o líder jesuíta almejava explorar esse território em busca de outros indígenas para convertê-los e também de pedras preciosas. Esse desejo exploratório do religioso o fez ter desavenças com seus superiores e condicionou o adiamento dessas atividades (Hernandes, 2012).

As capitanias do Rio de Janeiro e de Pernambuco também foram catequizadas pelos jesuítas nesses primeiros anos de missão. No trecho destacado abaixo, o líder jesuíta menciona ambas as capitanias:

> Em S. Vicente não usam isto aquelles gentios Tupinachins; mas os Christãos de S. Vicente no Rio de Janeiro haviam do Gentio do Gato muitas femeas que pediam por mulheres dando a seus pães algum resgate, mas ellas ficavam escravas para sempre. Em Pernambuquo ha tambem muito trato d'este, principalmente depois das guerras passadas, que os Indios, por mais não poderem, davam (Nóbrega, 1559, p. 197).

Nesse trecho, particularmente, padre Manuel da Nóbrega reforça o potencial produtor da Capitania de Pernambuco, no que se refere aos aspectos religiosos e econômicos. Ainda nas palavras do religioso, "[...] irá um de nós a uma povoação grande, das maiores e melhores desta terra, que se chama Pernambuco e assim em muitas partes apresentaremos e convidaremos com o Crucificado. Esta me parece agora a maior empresa de todas, segundo vejo a gente docil" (Nóbrega, 1549, p. 74-75). Essa Capitania foi doada a Duarte Coelho em 1534. No ano de 1535, o português fundou a Vila de Olinda e investiu na criação de engenhos e na produção açucareira, além da exportação de pessoas africanas para serem escravizadas. Todos esses fatores tornaram-na uma das capitanias mais produtivas da Colônia, no entanto, apesar dos nativos do território serem mais servis, havia também mais indícios de pecado em comparação às outras capitanias, como destaca o padre Manuel da Nóbrega.

A atuação da Companhia de Jesus e como ocorreu esse processo de doutrinação e ensino influenciarão, consequentemente, na configuração-demográfico linguística desses territórios e dos falantes que lá residiam. Ademais, os trechos transcritos da documentação permitem-nos entrever como ocorreu a disseminação do ensino, desde os responsáveis por cada espaço, bem como o tempo de atividade e as facilidades e intercorrências, permitindo-nos assim uma maior compreensão de aspectos sobre a história da educação no Brasil.

Por fim, tratando-se dos primeiros anos do processo de ensino no Brasil, destacamos a importância de um bispo para esse projeto, em específico, D. Pero Fernandes Sardinha. Em diversas missivas, Manuel da Nóbrega destaca a desobediência dos gentios e colonos em relação à doutrina e à organização que estava sendo instaurada por ele. Pela concepção do religioso, somente uma pessoa de maior autoridade da Igreja estaria apta a amenizar aquelas dificuldades e também ministrar sacramentos que somente ao mesmo cabia, como a ministração da Crisma[10], como podemos observar neste trecho: "Eschola de ler e escrever se tem em casa, estudo houve muito tempo até que os estudantes, que era gente da Sé, não quizeram vir; espera-se pelo Bispo para pôr tudo em seu logar" (Nóbrega, 1559, p. 190).

Segundo Chambouleyron (1996, p. 42-43), "[...] foi nas idéias de revigoramento da autoridade constituída e de sujeição dos nativos que [Nóbrega] encontrou os meios mais

[10] Para os católicos romanos, o sacramento da Crisma serve como uma confirmação do batismo. É um sacramento em que o fiel é ungido com óleo pelo bispo e estaria recebendo os dons do Espírito Santo.

eficazes para efetivar a sua política". Assim, fazia-se necessário o fortalecimento da autoridade para que os indígenas ficassem mais acuados, visto que, para poucos, o bispo passaria uma condição de maior respeito. Vale destacar que muitos não compreendiam a relevância das titulações dentro da instituição católica, mas, pela perspectiva de Nóbrega, um religioso de maior autoridade conseguiria conquistar e organizar alguns problemas a nível religioso nas capitanias, contribuindo assim para o ensino, uma vez que mais indígenas permaneceriam nas aldeias e reduções enquanto estivem imersos na religiosidade cristã. Na citação a seguir, o líder jesuíta mostra o andamento positivo da vinda do bispo à Colônia: "O Bispo mostra grande fervor de se entender na conversão destes Gentios, ordena um pae dos que se converterem, o qual é muito para isto, que é Diogo Alvares, muito acreditado entre este Gentio [...]" (Nóbrega, 1552, p. 142-143). Em 1552, desembarcou na América portuguesa o primeiro bispo a chegar nessas terras, D. Pero Fernandes Sardinha, que acabou sendo morto pelos indígenas Caeté, ao naufragar em 1556.

Todos esses aspectos permeiam as relações linguísticas e de ensino nas capitanias do Estado do Brasil, que envolvem o ensino da doutrina cristão, da leitura e da escrita. Para implementação da política linguística, espaços formais e não formais de ensino, onde esses processos de instrução eram mediados, desempenharam um papel relevante. A par disso, na próxima seção, voltamos nossa atenção para os colégios jesuíticos.

5.2 CONSTITUIÇÃO DOS COLÉGIOS JESUÍTAS

Em Portugal, os padres da Companhia de Jesus começaram a construir colégios em 1542, prontamente, outras instituições de ensino começaram a surgir e foram se espalhando entre os países colonizados, devido ao caráter educacional da Ordem, que via o ensino como obra de caridade. Em vista disso, assim que chegaram à América portuguesa, iniciaram os processos para a construção de colégios. De acordo com Leite (1938, p. 25), "Na maior parte das Aldeias da costa, estabeleceram-se pequenos seminários, ou mais propriamente, escolas elementares, onde se ministrava aos filhos dos Indios o duplo ensino da doutrina e do abecedário. Isto, desde o começo, na Baía e S. Vicente". Dessa forma, nos primeiros anos de atuação jesuítica nas terras brasílicas os colégios começaram a ser edificados, e futuramente estariam presentes por toda a costa.

Entre as primeiras atividades executadas pelos religiosos para iniciar o processo de ensino foi a criação de uma "escola" para ler e escrever, como descreve o padre Manuel da

Nóbrega no seguinte trecho: "O Irmão Vicente Rijo ensina a doutrina aos meninos cada dia e tambem tem eschola de ler e escrever; parece-me bom modo este para trazer os Indios desta terra, os quaes têm grandes desejos de aprender e, perguntados si querem, mostram grandes desejos" (Nóbrega, 1549, p. 72). No século XVI, o item lexical *escola* não corresponde a configuração que perdura nos dias atuais, que surge no século XIX (Mendonça, 2010) e se trata de uma instituição que tenciona operar de forma universal e pública, incentivando metodologias humanizadoras, a expansão curricular e a laicidade. *Escola*, no período investigado, diz respeito a um ambiente comum destinado à aprendizagem básica da leitura e da escrita, fundamentada em princípios estritamente autoritários e vinculados à Igreja. Segundo Vieira, Oliveira e Castro (2019, p. 14): "Os primeiros 'alunos' destas casas de bê-á-bá foram 'matriculados' em Salvador, no ano de 1549, para serem instruídos por aquele que seria o primeiro mestre-escola do Brasil: Vicente Rijo". O irmão Vicente Rijo, posteriormente, chamado de Rodrigues, é diversas vezes mencionado na documentação por sua atuação no ensino. Apesar de ainda não ser padre em 1549, o religioso auxiliava nas demais demandas da Colônia. Assim, da mesma forma que o padre João Aspicuelta Navarro, atuou diretamente com o ensino dos indígenas.

Em uma das cartas enviadas Martín Aspicuelta Navarro, professor da Universidade de Coimbra, o padre Nóbrega menciona novamente a criação de espaços para o ensino da catequese, dessa vez dentro de uma das aldeias na Capitania da Bahia, entretanto não menciona e não há indícios de em qual aldeia seria, possivelmente de indígenas Tupiniquim, etnia predominante naquele território e espaço. No fragmento a seguir, é possível observar esse fato:

> Em duas das principaes aldeias de que tem cargo, fizeram-lhe uma casa onde esteja e ensine aos cathecumenos; em outra aldeia, tambem proximo a esta cidade, fizemos uma casa a modo de ermida, onde um de nós está incumbido de ensinar e pregar aos baptisados de pouco, e a outros muitos cathecumenos, que nella vivem (Nóbrega, 1549, p. 93).

Poucos meses após desembarcarem na Capitania de Pereira[11], os religiosos buscaram meios para a constituição de colégios, visto que, através desses espaços, o domínio e a manipulação ideológica ocorreriam com mais amplitude. O ensino e o espaço escolar constituem-se enquanto um território de difusão e domínio das perspectivas dos sujeitos que estão em posição de poder, sendo, portanto, um dos locais mais propícios para fortalecimento da colonização, além das instituições religiosas.

[11] Francisco Pereira Coutinho era o donatário da Capitania da Bahia, entretanto, em 1547, foi assassinado pelos indígenas tupiniquins (Vainfas, 2007). Por conta desse acontecimento, o rei D. João III apossou-se da Capitania que estava sob propriedade da viúva e a tornou uma Capitania Régia, sede do Governo Geral.

O líder da Companhia de Jesus almejava um local para a construção do colégio na Capitania da Bahia, que atendesse as necessidades dos estudantes e religiosos. Para isso, o espaço necessitaria ser propício ao plantio e ficar próximo dos indígenas e dos colonos, devido ao processo de catequese indígena e à necessidade de acompanhamento dos cristãos portugueses, que, em diversos momentos, se afastavam da doutrina. Entretanto dificuldades financeiras limitaram a execução do projeto por alguns anos, como mencionado por Nóbrega no seguinte trecho: "A mais custa é fazer a casa [...] porque a mantença dos estudantes, ainda que sejam duzentos, é muito pouco porque com o terem cinco escravos que plantem mantimentos e outros que pesquem com barcos e redes, com pouco se manterão [...]" (Nóbrega, 1549, p. 84). Vale ressaltar a quantidade de estudantes que estavam destinados para o ensino no Colégio, cerca de 200 pessoas em pouco mais de três meses de missão jesuítica. Esse número evidencia o fato de que havia grande necessidade de converter cristãos para a Igreja e de os afastar das suas práticas costumeiras, todavia não elucida que as conversões eram genuínas.

Posteriormente, após o auxílio financeiro da Coroa portuguesa, o colégio dos Meninos de Jesus da Bahia começou a se estabelecer em Salvador. O padre Manuel da Nóbrega relatou sua situação para o Rei D. João III, como observamos na citação: "O Collegio da Bahia seja de Vossa Alteza para o favorecer porque está já bem principiado e haverá nelle vinte meninos pouco mais ou menos, e mande ao Governador que faça casas para os meninos [...]" (Nóbrega, 1551, p. 126). No entanto, observa-se uma queda abrupta em relação à quantidade de alunos que, supostamente, estavam aguardando a construção do Colégio, em 1549, evidenciando as oscilações que ocorreram quanto ao plano de colonização e catequese.

Um dos condicionadores dessa evasão seria por questões estruturais do Colégio, que não comportaria um grande número de pessoas, e ainda condições para manter os estudantes, como é possível constatar-se no seguinte fragmento:

> [...] já agora que os mantimentos se vão comendo vai a casa em mui crescimento, e os meninos têm o necessário cada vez melhor, de maneira que d'onde antes com muita fortuna mantinhamos a sete ou oito, agora mantém a casa cincoenta e tantas pessoas, sem o sentir; tem a casa um barco e escravos, que matam peixe (Nóbrega, 1549, p. 138-139).

Mesmo com o auxílio financeiro do Império lusitano, as dificuldades para manter o Colégio prevalecem. Em missiva enviada no ano de 1552, há um novo dado sobre a quantidade de alunos que estavam frequentando esse espaço, como é relatado por Nóbrega:

> [...] além dos que a casa tem, antes de um anno se sustentarião bem meninos e mais; porque, assim como ella está agora, mantém a 30 pessoas, e mais agora mando fazer algodoaes para mandar lá muito algodão, para que mandem pannos, de que se vistam os meninos, e não será necessario que o collegio de Coimbra cá nos ajude sinão com orações, antes de cá lhe sermos bons em alguma cousa (Nóbrega, 1552,p. 130).

A partir desse indício, observamos que houve um pequeno aumento na quantidade de estudantes, cerca de 10 alunos, que agora estariam sendo instruídos de acordo com os relatos do padre jesuíta. Essa situação ainda seria decorrente da falta de estrutura para manter esses meninos, entretanto, vale ressaltar que muitos se rebelavam e fugiam para as suas famílias, ou os próprios pais os traziam de volta para as aldeias, como observamos no seguinte fragmento: "[...] o Governador nisso não póde fazer nada, nem sei si o que vier fará alguma cousa; para nós é grande dôr esta, porque vemos que são forçados irem-se onde não poderemos ter conta com elles, e levam-nos os filhos, que já estavam doutrinados [...]" (Nóbrega, 1557, p. 172). Não somente a falta de estrutura influenciou na quantidade de alunos que frequentavam o Colégio na Capitania da Bahia, mas também os meios de resistência praticados pelos povos nativos, como a fuga, as guerras e a não aceitação, questões que relacionam com conflitos culturais.

Apesar desse fato, gradativamente os portugueses, pela perspectiva do líder jesuíta, estavam conseguindo fortalecer e expandir o espaço formal de ensino em Salvador, como o próprio menciona:

> Este collegio dos meninos de Jesus vai em muito crescimento, e fazem muito fructo; porque andam pelas aldeias com prégações e cantigas de Nosso Senhor pela lingua, que muito alvoroça a todos, do que largamente se escreverá por outra via; o mantimento e vestiaria, que nos El-Rei dá, todo lh'o damos a elles, e nós vivemos de esmolas, e comemos pelas casas com os criados desta gente principal, o que fazemos por que se não escandalizem de fazermos roças e termos escravos, e para saberem que tudo é dos meninos (Nóbrega, 1552, p. 129).

Com o auxílio de esmolas e do trabalho desenvolvido pelos jesuítas, além das práticas impositivas e de amedrontamento, os padres estavam conseguindo, gradativamente, aumentar o número de alunos. Além disso, Nóbrega destacou que os próprios meninos indígenas estavam pregando e cantando na língua indígena, para atrair outros. Com a constituição desse Colégio, o nível de trabalho religioso e de ensino ficou mais intenso e a falta de padres tornava-se um grande problema para esses processos. O padre Manuel da Nóbrega menciona em carta enviada ao provincial da Companhia de Jesus, em Portugal, o mestre Simão Rodrigues de Azevedo: "[...] em toda maneira este anno tragam os Padres provisão d'El-Rei [...] e tambem os outros collegios das capitanias querem fazer os moradores, e escrevem-me cartas sobre isso, e querem dar escravos e muita ajuda" (Nóbrega, 1552, p. 130). Nesse momento, havia grande necessidade

de religiosos, uma vez que tinham função duplicada, atuando como padre e professor, mesmo sem a formação pedagógica necessária para esta última. Portanto, no século XVI, os religiosos operavam como professores sem instruções básicas para essa função, visto que ainda não havia ocorrido a promulgação do *Ratio Studiorum.* Sendo assim, lecionavam somente através das orientações do padre Manuel da Nóbrega.

Ainda nesses primeiros anos de atuação da Companhia de Jesus na América portuguesa, ocorreu a fundação do Colégio na Capitania de São Vicente, em 1554. Essa Capitania apresentava grande desenvolvimento e, por conta da sua localização facilitar a entrada nos sertões do território, a Capitania passou a ser ainda mais almejada pelos religiosos para o desenvolvimento das atividades religiosas e educativas. No trecho a seguir, o padre Manuel da Nóbrega relata como estava ocorrendo inicialmente esse processo:

> Está principiada uma casa na povoação de S. Vicente, onde se recolheram alguns orphãos da terra e filhos do Gentio; e do mar dez leguas, pouco mais ou menos duas leguas de uma povoação de João Ramalho, que se chama Piratinin, onde Martim Affonso de Sousa primeiro povoou, ajuntamos todos os que Nosso Senhor quer trazer á sua Egreja, e aquelles que sua palavra e Evangelho engendra pela pregação, e estes de todo deixam seus costumes e se vão estremando dos outros, e muita esperança temos de serem verdadeiros filhos da Egreja, e vai-se fazendo uma formosa povoação e os filhos destes são os que se doutrinam no collegio de S. Vicente (Nóbrega, 1554, p. 145).

Esse Colégio irá surgir primeiramente como uma casa para a instrução dos que residiam no território. No trecho transcrito, o padre Manuel da Nóbrega traz dados importantes sobre esse Colégio, como informações acerca dos estudantes, que seriam as crianças indígenas órfãs e demais crianças nativas. Além disso, temos informações sobre a localização, que seria duas léguas (aproximadamente, 8 a 10 km) de distância da povoação de Piratininga, ou seja, estaria localizada nos interiores da Capitania de São Vicente. Esses dados evidenciam a gênese da constituição do Colégio dos Meninos de Jesus de Piratininga. Nesse fragmento, há a menção ao líder da povoação de Piratininga, que seria o português João Ramalho, que, como destaca a documentação investigada, teria atuado como língua (intérprete).

Assim como ocorreu na constituição do Colégio na Capitania da Bahia em 1551, o Colégio em São Vicente passou por intercorrências semelhantes quanto às condições materiais e a manutenção dos alunos que estudavam nesse espaço. Destacamos que um dos problemas para aquisição de recursos para essa instituição, até então, "casa de estudantes", teria referência a sua configuração, visto que somente os espaços considerados colégios poderiam receber recursos da Coroa portuguesa. A ausência desse *status* impossibilitaria que os padres recebessem o fomento da Coroa, dado que afetaria os votos de pobreza que os religiosos jesuítas

seguiam. Os colégios eram entidades jurídicas aptas a possuírem bens enquanto as “casas de estudantes”, por terem um menor porte, tinham seus recursos administrados pelos próprios religiosos (Narita, 2007). Padre Manuel da Nóbrega menciona esta problemática no seguinte fragmento:

> Desta maneira vivemos até agora nesta capitania, onde estavamos seis Padres de missa e quinze ou dezeseis Irmãos por todos; e aos mais sustentava aquella casa de S. Paulo de Piratinin com alguns meninos do Gentio, sem se determinar si era collegio da Companhia, si casa de meninos, porque nunca me responderam a carta que escrevesse sobre isto [...] ao menos em nossa conversação conhecemos tambem não poderem os Irmãos ter bens temporaes nenhuns, si não fôr collegio [...] (Nóbrega, 1556, p. 153).

Outrossim, ainda nesse fragmento, outras informações pertinentes a esse Colégio são abordadas pelo religioso, como a quantidade de padres que estavam atuando na Capitania e, consequentemente, no Colégio, cerca de seis padres e por volta de 16 religiosos leigos, uma quantidade consideravelmente alta, considerando as demandas de toda a Colônia portuguesa. Esse dado comunica que estava ocorrendo avanços gradativos na expansão do ensino e da Cristandade e, consequentemente, da Companhia de Jesus.

O padre Nóbrega apresentou o interesse na construção de colégios nas demais capitanias, devido ao fato do Colégio de Salvador estar suprindo um dos principais objetivos, que seria o de formar futuros religiosos para a Companhia, haja vista a necessidade de catequistas, pregadores e pessoas para combater o protestantismo na Europa e “purificar” os colonizados dos territórios de posse portuguesa. Em 1552, padre Nóbrega ressaltou os resultados e o andamento do Colégio:

> Eu tinha dous meninos da terra para mandar a Vossa Reverendissima, os quaes serão muito para a Companhia; sabem bem lêr e escrever, e cantar, e são cá prégadores, e não ha cá mais que aprender, e mandava-os para aprenderem lá virtudes um anno e algum pouco de latim, para se ordenarem como tiverem edade, e folgará El-Rei muito de os vêr, por serem primicias desta terra [...] (Nóbrega, 1552, p. 131).

Alguns meninos indígenas estavam aprendendo as práticas cristãs e eurocêntricas com facilidade. Como mencionado acima, estavam desenvolvendo habilidades de leitura, escrita e do canto, além de serem pregadores. Essas crianças haviam absorvido os conhecimentos básicos para estudos posteriores mais avançados em Portugal, como a aprendizagem da língua latina, uma das bases para o ordenamento sacerdotal da época. Dessa forma, posteriormente, poderiam se tornar padres ou religiosos leigos. Em vista dessas possibilidades, Nóbrega sugere que essas crianças sejam enviadas a Portugal para continuarem estudando.

Percebemos pelos documentos que o principal objetivo da constituição dos colégios não era a difusão do conhecimento, mas civilizar aquelas pessoas “selvagens”. Como ressalta Faria (2006, p. 72),

> A construção de novas casas onde se pudesse ensinar constituía, pois, preocupação central de Nóbrega nos primeiros anos de sua estada na América portuguesa. Assim, vê-se o quanto o jesuíta não mediu esforços a fim de efetivar a doutrinação daquela gente “perversa”, que “não conhecia a Deus” (pelo menos, o Deus cristão) e necessitava de alguém que os apresentasse a Ele. Os jesuítas foram, nesse sentido, aqueles que “apresentaram” Deus ao gentio através da civilização. As escolas foram, desta forma, “templos de civilização” e se constituíram em lugares onde Deus era conhecido.

Uma das principais finalidades dos colégios jesuítas era a conversão e a adaptação dos seus alunos aos preceitos da civilização europeia, como observamos em recorrentes momentos das missivas e demais documentos. Havia o ensino, mas regularmente atrelado as questões religiosas, como a aprendizagem das orações. A educação e o despertar crítico de modo algum era prioridade da realidade desses espaços de ensino, inclusive por excluir as mulheres, negros e, posteriormente, os indígenas, mostrando-se, portanto, como um território de seletividade e elitização com interesses particulares e ideologicamente orquestrados em prol da hegemonia dos dominadores.

Nas fontes, observamos alguns indícios que evidenciam as metodologias de ensino, alguns materiais utilizados e ainda conteúdos que eram ensinados nesses primeiros anos de atuação dos padres e religiosos, majoritariamente nas capitanias da Bahia e de São Vicente, onde haviam se constituído os primeiros colégios da América portuguesa. O principal mecanismo metodológico para o ensino da doutrina cristã, da leitura e da escrita era através da imposição e do medo. Em recorrentes momentos, o líder jesuíta reforça o interesse dos indígenas pela aprendizagem voluntária do Catolicismo e da alfabetização, no entanto, torna-se um argumento contraditório, haja vista as diversas menções de dominação através da violência, como no seguinte trecho:

> Des que fui entendendo, por experiencia, o pouco que se podia fazer nesta terra na conversão do Gentio, por falta de não serem sujeitos, e ella ser uma maneira de gente de condição mais de féras bravas que de gente racional, e ser gente servil, que se quer por medo, e conjuntamente yêr a pouca esperança de se a terra senhorear [...] (Nóbrega, 1557, p. 171).

O ensino de forma autoritária e repressiva são marcas recorrentes das correntes pedagógicas tradicionalistas que têm como berço as práticas de ensino jesuíticas. Da mesma

forma, o meio de aprendizagem através da repetição e memorização. Sendo assim, as crianças indígenas e portuguesas assimilavam os conteúdos dessa forma limitadora. Os jesuítas seguiam um modelo de ensino que surgiu na França por volta de 1509, chamado de *modus parisiense*. Segundo Saviani (2013), esse modelo utilizava-se de estratégias, como: divisão dos alunos em classes determinadas pela faixa etária e pelo nível de instrução; os alunos deviam fazer exercícios e havia mecanismos de incentivo ao trabalho escolar; os exercícios consistiam em leitura e repetição; os mecanismos de estímulo envolviam castigos físicos, prêmios e condecorações. Sendo assim, o ensino jesuítico na América portuguesa apresentava-se de forma ríspida. Vale a ressaltar que a metodologia jesuítica se estabelece totalmente em 1599, a partir dos pressupostos do *Ratio Studiorum.*

De acordo com Silva e Amorim (2017, p. 191),

> As metodologias utilizadas para a instrução das primeiras letras às crianças indígenas, bem como à doutrinação católica, estiveram permeadas por práticas que iam desde representações teatrais, cânticos e música instrumental, catecismo dialogados e a memorização pela repetição. O propósito dos Jesuítas em educar as crianças estava em formar uma cristandade no além-mar que se mantivesse fiel à Santa Sé e na mudança de costumes e práticas comuns nas tribos indígenas como a poligamia, nudez e a antropofagia (Silva; Amorim, 2017, p. 191).

À vista disso, alguns recursos de aprendizagem foram utilizados pelos jesuítas, como o teatro, principalmente através da atuação do padre José de Anchieta, a partir de 1553, em que o religioso utiliza da língua indígena e aspectos da cultura nativa para catequizar, por meio de peças e autos, além do uso de cânticos, visto que os religiosos perceberam a proximidade dos indígenas com a música durante seus ritos e as utilizaram como meio de conversão. Silva e Amorim (2017) reforçam o papel que os colégios dispunham naquele momento que seria de educar para civilizar.

No que se refere aos materiais que serviram como base para a instrução dos meninos indígenas nesses colégios, teremos nesses primeiros anos o uso dos *Exercícios espirituais, a Constituição da Companhia de Jesus*, além da gramática latina e, posteriormente, a partir do século XVII, a instituição do manual de ensino jesuítico chamado de *Ratio Studiorum* (Silva e Amorim 2017). Esses documentos serviam como base para o ensino inanciano, dado que iniciaria os meninos nas práticas católicas e jesuíticas. Além disso, os que apresentavam maiores potencialidades eram iniciados no Latim, ainda nos colégios da América portuguesa, e, posteriormente, enviados para Portugal. Todos esses meios de ensino jesuíticos da segunda metade do século XVI constituem a *pedagogia brasílica* (Saviani, 2013).

Nos seguintes trechos, temos algumas evidências no que se refere ao uso dos exercícios espirituais e ao uso da gramática latina em casos específicos: “Nesta casa se lê grammatica a quatro ou cinco da Companhia e lição de casos a todos, assim Padres como Irmãos, e outros exercicios espirituaes [...]” (Nóbrega, 1556, p. 152). Seguindo: “[...] assim tambem ensina-se já alli grammatica a alguns estudantes nossos, e lição de casos a todos: e, sendo collegio, alargando-se de todo cuidado dos meninos da terra [...]” (Nóbrega, 1556, p. 154-155). Como destaca Saviani (2013, p. 43),

> A primeira fase da educação jesuítica foi marcada pelo plano de instrução elaborado por Nóbrega. O plano iniciava-se com o aprendizado do português (para os indígenas); prosseguia com a doutrina cristã, a escola de ler e escrever e, opcionalmente, canto orfeônico e música instrumental; e culminava, de um lado, com o aprendizado profissional e agrícola e, de outro lado, com a gramática latina para aqueles que se destinavam à realização de estudos superiores na Europa (Universidade de Coimbra).

De acordo com a organização do ensino feita pelo padre Manuel da Nóbrega – Plano de instrução[12] –, havia o ensino da língua portuguesa, o ensino da doutrina cristã, da leitura e da escrita; de forma facultativa, a aprendizagem do canto e da música instrumental, da agricultura e da gramática latina, para os que fossem cursar os estudos superiores. Ainda sobre os materiais utilizados, há evidências da utilização de livros de outras naturezas. Em 1549, o padre Manuel da Nóbrega fez pedidos a Portugal, todavia, não há menções sobre os conteúdos desses livros. Em uma das primeiras cartas enviadas ao padre Simão Rodrigues de Azevedo, em 1549, Nóbrega faz a solicitação desses materiais, como retratado a seguir:

> Antonio Pires pede a Vossa Reverendissima alguma ferramenta de carpinteiro, porque elle é nosso official de tudo; Vicente Rodrigues, porque é ermitão, pede muitas sementes; o padre Navarro e eu, os livros, que já lá pedi, porque nos fazem muita mingua para duvidas que cá ha, que todas se perguntam a mim (Nóbrega, 1549, p. 87).

Em 1550, ocorre o recebimento desses livros, como é relatado a seguir: “Recebemos aqui tudo segundo nos haveis escripto, isto é, duas caixas com os livros e ornamentos para as egrejas, os quaes eram muito necessarios, porque com a ajuda do Senhor se farão egrejas em muitos logares” (Nóbrega, 1550, p. 111). Esses dados evidenciam os primórdios da introdução do uso de livros na América portuguesa e o uso de diversos materiais nos primeiros processos de instrução, além de que as sociedades indígenas estavam efetivamente adentrando o espaço

[12] O chamado Plano de instrução de Nóbrega refere-se a todas as medidas de ensino criadas pelo jesuíta e descritas nos seus testemunhos escritos. Não se trata de um documento normativo específico, mas o conjunto de suas ideias e propostas de ensino, elucidada em cartas, sermões, entre outras fontes documentais.

gráfico, ou seja, a cultura escrita, e com isso suas implicações. A partir dessas instituições formais de ensino e de todas essas estratégias pedagógicas, a língua escrita passou a adentrar na realidade da América portuguesa e, consequentemente, contribuiu para o processo de desarticulação do multilinguismo generalizado (Mattos e Silva, 2004) que havia nesse território. Os povos indígenas, que utilizavam a língua somente através da oralidade, passaram a utilizar dessas novas tecnologias, que, posteriormente, com outros mecanismos, os interferiam em suas identidades culturais.

Na seção a seguir, discutiremos a política linguística dos intérpretes na mediação dos primeiros contatos entre portugueses e povos tradicionais, evidenciando como ocorreram esses contatos e como o manuseio linguístico esteve recorrentemente presente em todo processo de colonização e ensino.

5.3 OS INTÉRPRETES NA INTERMEDIAÇÃO DOS PRIMEIROS CONTATOS

Durante a expansão marítima e a descoberta de novos territórios, era prática costumeira dos colonos recrutar pessoas para exercerem o papel de aprendizes da língua local, a fim de facilitar o processo de comunicação com os nativos e, posteriormente, conquistar terras, auxiliar em guerras e demais intenções. Para colonizar e explorar as terras brasílicas, os portugueses necessitavam de intérpretes para mediar o processo de comunicação. Sendo assim, desde a chegada de Pedro Álvares Cabral, alguns portugueses foram deixados para aprender a língua indígena e atender a essa necessidade. De acordo com Silva-Reis e Bagno (2016, p. 86),

> O *língua* aprendia o idioma do índio de maneira forçada, pois, em sua maioria, os que tinham tal ofício no Brasil quinhentista eram degredados ou náufragos, ou seja, criminosos portugueses que eram lançados no meio dos índios a fim de aprender sua língua e depois servir de intérpretes às autoridades portuguesas da colônia.

Os *línguas*[13] foram essenciais no processo de comunicação e no auxílio das atividades desenvolvidas pelos religiosos jesuítas. Por meio de gestos, símbolos, desenhos e diversas outras expressões da linguagem, esses sujeitos buscavam aprender a língua indígena para se comunicar com os povos contatados. Inicialmente, foram necessários para ensinar aos indígenas orações cristãs, entretanto, para essa atividade em específico, o padre Manuel da Nóbrega

[13] Nomenclatura utilizada nas fontes documentais para nomear as pessoas que intermediaram os diálogos por meio de traduções.

encontrou intercorrências relacionadas à falta de *vocábulos* desses intérpretes. O religioso menciona este problema comunicativo no seguinte trecho:

> Trabalhei por tirar em sua lingua as orações e algumas praticas de Nosso Senhor e não posso achar lingua que m'o saiba dizer, porque são elles tão brutos que nem vocabulos têm. Espero de as tirar o melhor que puder com um homem que nesta terra se criou de moço, o qual agora anda mui occupado em o que o Governador lhe manda e não está aqui. Este homem com um seu genro é o que mais confirma as pazes com esta gente, por serem elles seus amigos antigos (Nóbrega, 1549, p. 73).

A limitação lexical de alguns desses intérpretes seriam ocasionadas, possivelmente, pela falta de instrução que apresentavam, visto que a maioria eram criminosos portugueses com baixo ou nenhum grau de escolaridade. Além disso, diversas palavras em língua portuguesa não existiam equivalentes na língua indígena, por serem questões ou objetos inexistentes para os povos nativos. Como no caso da palavra *Deus*, no sentido lusitano. Para representar esse ser, os padres jesuítas utilizavam o termo *Tupane* que mais se aproximava semanticamente de um ser divino para os indígenas. Como observamos no seguinte fragmento: "Esta gentilidade nenhuma cousa adora, nem conhece a Deus; sómente aos trovões chama Tupane, que é como quem diz cousa divina. E assim nós não temos outro vocabulo mais conveniente para os trazer ao conhecimento de Deus, que chamar-lhe Pae Tupane" (Nóbrega, 1549, p. 99). A questão lexical era, portanto, um problema para os intérpretes e o processo comunicativo nesses primeiros contatos.

Mecanismos linguísticos como o supracitado necessitavam ser utilizados para que ocorresse entendimento entre os falantes. Em vista desse problema, padre Manuel da Nóbrega relata que buscará auxílio "com um homem que nesta terra se criou de moço", em referência a Diogo Álvares Correia, chamado pelos indígenas tupinambás de "Caramuru". Diogo Álvares foi um náufrago português que auxiliou por muitos anos os processos de comunicação entre indígenas e portugueses, juntamente com sua esposa Catarina Paraguaçu, que, no entanto, não é mencionada no *corpus* desse trabalho. Apesar disso, a indígena apresentou particular relevância para a história social, cultural e linguística do Brasil. Anteriormente chamada de Guiabimpará, a jovem nativa era filha do cacique Taparica e pertencente à aldeia Tupinambá. Após ser uma das escolhidas para conviver afetivamente com o português Álvares, teve seu nome modificado para Paraguaçu (Água grande). Posteriormente, acompanhou-o para uma visita à Europa, onde se tornou sua esposa, recebeu o batismo cristão e, consequentemente, o nome eurocêntrico de Catarina. Após seu retorno à América portuguesa, a indígena tupinambá contribui para a formação de vilas e igrejas, além de ter atuado como intérprete.

Expandindo as discussões sobre os sujeitos intérpretes, destacamos que pessoas de diversas posições e *status* poderiam exercer essa função, apesar que, predominantemente, sujeitos em situações de desprestígio social sujeitavam-se a tais atividades com mais facilidade. Sobre isso vale destacar que,

> Na história da interpretação no Brasil, delineiam-se alguns perfis específicos de intérpretes: o língua, o intérprete militar e o dragomano. O primeiro passou por diversas fases (degredado, náufrago, missionário, sertanista, indígena, mameluco, etc.), mas sempre teve uma vinculação com a língua da terra onde morava e a terra que conhecia bem ou em que era aceito (Silva-Reis; Bagno, 2016, p. 104).

Em meados do século XVI, período sobre o qual debruçamos, teremos a atuação desses *línguas*, que poderia ser qualquer pessoa obrigada ou que, por vontade própria ou necessidade, precisava aprender a língua indígena ou a língua portuguesa, para a facilitar a comunicação; dessa forma, degredados, náufragos, sertanistas, indígenas, mamelucos, etc. exerceram o papel de intérpretes ou línguas. Evidentemente, para que pudessem exercer essa função, era essencial que conhecessem profundamente as terras ameríndias. Além das menções a João Ramalho e a Diogo Álvares, na documentação analisada, ocorre também a menção ao intérprete Antônio Rodrigues, um dos padres fundadores da Capitania de São Vicente e considerado por Nóbrega o Mestre-escola[14] do Colégio dessa Capitania, como observamos no trecho: "A terceira egreja que se chama Sancti Spiritus, sete leguas d'esta cidade, principiou o padre João Gonçalves e em ella começou a lançar os primeiros fundamentos em companhia do irmão Antonio Rodrigues, o qual, como é lingua e mui fervente obreiro [...]" (Nóbrega, 1559, p. 185).

Nos primeiros meses de catequese, os intérpretes auxiliaram na conversão de indígenas, como destacado padre Nóbrega no seguinte trecho: "Procurei encontrar-me com um feiticeiro, o maior desta terra [...] e isto, com ajuda de um lingua, que eu tinha muito bom [...] (Nóbrega, 1549, p. 95). Os "feiticeiros" indígenas tinham convicções profundas sobre as suas práticas culturais, sendo assim mais resistentes aos processos de catequese católica e o uso de intérpretes nesse momento era crucial para um processo efetivo de persuasão. O líder jesuíta caracterizou o língua como "muito bom", possivelmente, comparando-o com os outros intérpretes que encontrou até aquele momento na Capitania. Logo, sem a atuação dos intérpretes, um grande número de indígenas não seria "convertido".

Em carta enviada ao Provincial da Companhia de Jesus em Coimbra, o padre Simão de Azevedo, em 1552, Manuel da Nóbrega questiona ao religioso se os intérpretes poderiam ser

[14] Refere-se aos mestres das primeiras letras; professor de instrução primária.

utilizados para a intermediação no sacramento da confissão, dado que os próprios indígenas precisavam dizer ao padre os seus pecados e havia necessidade de manter a confidencialidade. Ao utilizar o intermédio de terceiros, poderia haver distorções de tradução e interpretação, bem como algumas questões confessadas durante o sacramento poderiam ser reveladas. Entretanto esse era o único meio para a realização da absolvição dos indígenas.

> Com a vinda do Bispo se moveram algumas duvidas, nas quaes eu não duvidava porque sam soberbo e muito confiado em meu parecer, as quaes nos pareceu bem communiçal-as com Vossa Reverendissima para que as ponha em disputa entre parecer de lettrados e me escreva o que devo fazer. Primeiramente: si se poderão confessar por interprete a gente desta terra que não sabe fallar nossa lingua; porque parece cousa nova, e não usada em a Christandade, posto que Caiet. in summam,. 11a condit., e os que allega Nau. c. fratres n° 85, de penit. dest.5, digam que pode, posto que não seja obrigado (Nóbrega, 1552, p. 141).

As dificuldades linguísticas para a mediação de alguns sacramentos causavam diversas dúvidas que assolavam o padre Manuel da Nóbrega, frente aos desafios do contexto catequético na América portuguesa, em 1552. No trecho supracitado, o jesuíta ressaltou a necessidade do uso dos intérpretes para mediar as confissões. Mesmo o sacramento da penitência tendo um carácter estritamente confidencial, na Igreja Católica não havia até o referido momento uma política linguística a ser usada nas confissões em contextos multilíngues (Barros, 2011). Sendo assim, o único meio dos padres que não aprenderam a língua tupi mediarem o sacramento da confissão seria por meio dos intérpretes, como é mencionado por Nóbrega na carta enviada a Inácio de Azevedo: “Esta quaresma nos quiz Nosso Senhor muito consolar com as confissões dos Gentios: maiormente dos escravos dos Christãos, no que se conheceu tanto fervor e devoção, quando nós não cuidavamos; o padre Navarro confessava por si só, os outros Padres por interpretes [...]” (Nóbrega, 1557, p. 160).

Além de auxiliar os religiosos nas atividades missionárias e sacramentais, o uso de intérpretes fazia-se necessário para adentrar os sertões, isto é, explorar a América portuguesa além da costa, conquistar novos territórios e povos, ou auxiliar na descoberta de ouro e outras pedras preciosas e recursos naturais. O padre Nóbrega deixa evidente isso no seguinte trecho: “[...] repartiremos pelas capitanias, e com as linguas que nos accompanham nos occupamos nisto; aprendendo pouco a pouco a lingua, para que entremos pelo sertão dentro, onde ainda não chegaram os Christãos [...]” (Nóbrega, 1551, p. 115). Dessa forma, com o auxílio dos intérpretes, poderiam manter relações de contato com os indígenas e facilitar as descobertas. Além disso, com esses sujeitos, iriam aprendendo a língua mais falada na costa.

Vale ressaltar que não eram somente os adultos que atuavam como intérpretes, mas também as crianças. Como aponta o líder jesuíta no seguinte fragmento: “Dentre outras coisas, recordo-me que por meio de um menino lingua eu lhes dizia, uma noite em que eu pregava ao luar (não lhes podendo ensinar mais), que tivessem fé em Jesus Christo [...]” (Nóbrega, 1559, p. 94). Utilizando as crianças como intermediadores linguísticos, fortaleceu-se a intensificação da perda dos costumes originários em decorrência da ruptura que ocorreu desses meninos com suas famílias e os seus costumes, como consequência dessa colonização linguística.

Em 1554, o padre Manuel da Nóbrega reforça os motivos pelos quais a Capitania de São Vicente se destacava em meio às demais, haja vista que nela havia um grande número de intérpretes em comparação com as outras capitanias, o que facilitava a implementação do projeto catequético e colonizador, como observarmos a seguir: “[...] nesta capitania nos proveu de instrumentos para isso, que são alguns Irmãos linguas, e por estas razões nesta capitania nos occupamos mais que nas outras” (Nóbrega, 1554, p. 144-143).

Em contrapartida, na Capitania da Bahia, após muitos conflitos entre indígenas e colonos e entre os próprios indígenas, houve uma queda no número de pessoas para exercerem a função de intérpretes, fazendo com que se tornasse mais inacessível o processo de doutrinação e ensino. O padre Manuel da Nóbrega menciona essa situação: “Na Bahia não se entende agora com o Gentio por falta de linguas, que não temos; somente se sustenta aquella casa e se doutrinam alguns moços, e assim também por que andam elles agora todos baralhados em tão cruéis guerras [...]” (Nóbrega, 1554, p. 145). Desse modo, na Capitania de São Vicente, o projeto colonizador passou a ser mais facilmente implantado, a partir de 1554, em comparação com a Capitania da Bahia.

Após o apaziguamento da situação de guerrilha na Capitania da Bahia, padre Manuel da Nóbrega, com auxílio de intérpretes, retorna para a Capitania com o intuito de restabelecer a organização do local. Nesses contextos, em alguns momentos, os intérpretes exerciam um papel político, uma vez que podiam influenciar nas relações de alianças entre os diferentes grupos envolvidos. Entretanto, desde 1557, o padre Manuel da Nóbrega apresentava sérios problemas de saúde, o que interferiu no objetivo de aquietar os conflitos nesse território, como é discorrido nos fragmentos abaixo:

> Estando eu em S. Vicente, e sabendo a victoria dos Christãos e sujeição dos Gentios e que ao Bispo mandavam ir, parecendo-me que já se poderia trabalhar com o Gentio e tirar algum fructo, me tornei a esta cidade, trazendo commigo alguns Irmãos que soubessem a lingua da terra, e entre outras cousas, que pedi a D. Duarte, governador [...] (Nóbrega, 1559, p. 202).

> Escreve-me o padre Luiz da Grã que agora não pôde levar mais que um Irmão lingua por companheiro, para se lá ordenar, que é o irmão Chaves, uma boa cousa, e pede-me que mande quem d'aquelles Irmãos tenha cuidado, pelo qual será forçado de quatro que aqui estamos, que aqui ha de fazer muita falta; portanto se deve lá trabalhar por nos mandarem soccorro logo, ao menos de um Provincial, e de alguns Padres e Irmãos, que ajudem, porque a mim me devem já ter por morto, porque, ao presente, fico deitando muito sangue pela boca; o medico de cá ora diz que é veia quebrada, ora que é do peito, ora que póde ser da cabeça; seja d'onde fôr, eu o que mais sinto é ver a febre ir-me gastando pouco a pouco (Nóbrega, 1557, p. 175-176).

As atividades desenvolvidas pelos intérpretes foram essenciais para que ocorresse os processos comunicativo na América portuguesa no século XVI. Os religiosos da Companhia de Jesus fizeram e incentivaram o uso dessa política linguística desde a chegada da Ordem em 1549, desconsiderando os impactos linguísticos dessa prática, sobretudo quando as crianças indígenas eram usadas nesse processo. A par dessa questão, na próxima seção, discutiremos sujeitos por diversas vezes inviabilizados pela historiografia tradicional que fizeram parte dessas políticas e planejamentos linguísticos silenciadoras e que tiveram funções ativas nessas relações de ensino dentro das possibilidades em que eram colocados.

5.4 CRIANÇAS NATIVAS, ÓRFÃOS, MULHERES INDÍGENAS E MAMELUCOS NOS PROCESSOS DE INSTRUÇÃO

Durante os primeiros anos de atuação jesuítica na América portuguesa, as crianças indígenas, portuguesas e mamelucas desempenharam funções ativas na difusão da doutrina e das práticas de ensino. Vale ressaltar que "Os jesuítas, estrategicamente, direcionaram seus esforços na evangelização e no ensino das crianças, pois estas tinham gosto em aprender e, por meio delas, converteriam mais facilmente os seus pais" (Casimiro; Silveira; Almeida, 2016, p. 134). Em decorrência desse fato, as crianças eram o principal público-alvo dos processos de instrução e passaram a difundir seus conhecimentos para os indígenas adultos e crianças que não estavam imersos no Cristianismo. No seguinte fragmento da carta de Nóbrega, atestamos essa situação:

> Depois uma hora, de noite, se tange o sino e os meninos têm cuidado de ensinarem a doutrina a seus pães e mais velhos e velhas, os quaes não podem tantas vezes ir á egreja e é grande consolação ouvir por todas as casas louvar-se Nosso Senhor e dar-se gloria ao nome de Jesus (Nóbrega, 1559, p. 179).

Nesse fragmento, o líder jesuíta ressalta novamente a função dos meninos indígenas de ensinarem aos mais velhos. Além disso, vale destacar que foram questões que começaram a ocorrer ainda em 1549, como observamos no seguinte trecho: “Onde quer que vamos somos recebidos com grande boa vontade, principalmente pelos meninos, aos quaes ensinamos. Muitos já fazem as orações e as ensinam aos outros” (Nóbrega, 1549, p. 92). As crianças apresentavam mais facilidade de agregar essas novas práticas identitárias e educacionais, em decorrência de não estarem totalmente imersos no mundo de “pecados” que os adultos indígenas viviam. Dessa forma, as crianças indígenas exerceram funções no processo de colonização por incentivo ou amedrontamento dos portugueses. Consequentemente, o fato de se aproximarem do eurocentrismo só contribuiu para o apagamento de grupos indígenas, visto que as tradições eram passadas entre as gerações, portanto, ao assimilarem novas tradições, as suas iam se perdendo.

Além da predisposição à aprendizagem de instrumentos tecnológicos, como a leitura e a escrita, as crianças apresentavam menos resistência a “diluir” seus hábitos culturais. Após alguns meses de atividade religiosa, Nóbrega (1550, p. 103) evidencia esse aspecto: “O padre Navarro estava (como ainda está) em suas aldeias, prégando aos grandes e ensinando a ler e a fazer orações aos pequenos e ajudando a se afervorarem no amor de Deus [...]”. Posto isso, as próprias crianças começavam a transmitir o Cristianismo, “Onde quer que vamos somos recebidos com grande boa vontade, principalmente pelos meninos, aos quaes ensinamos. Muitos já fazem as orações e as ensinam aos outros” (Nóbrega, 1549, p. 92). Como no caso citado, as crianças indígenas também eram instrumentos de difusão do Catolicismo na América portuguesa. Com o passar dos anos, alguns desses meninos passavam a se destacar entre os demais e seriam enviados para Lisboa para expandirem seus conhecimentos e retornarem a Colônia para perpetuar o processo catequético e de ensino.

Além dos meninos indígenas, crianças órfãs portuguesas foram enviadas a pedido dos jesuítas com o intuito de atrair mais meninos indígenas para as vilas e colégios. No fragmento reproduzido a seguir, podemos atestar a atuação dos meninos trazidos de Portugal: “Os meninos orphãos, que nos mandaram de Lisboa, com seus cantares attrahem os filhos dos Gentios e edificam muito os Christãos” (Nóbrega, 1551, p. 115). Essas crianças, através de cânticos e outras ferramentas, despertavam o interesse dos meninos indígenas pelo novo. No entanto era necessário intensificar o ensino também para essas crianças, para que, com o conhecimento adquirido, conquistasse outros, como deixa claro o padre Nóbrega: “[...] E destes é a multidão tanta que não cabem na egreja e muitas vezes é necessário fazerem duas esquipações deles, de

maneira que assi nós como os meninos órfãos, é necessario o mais do tempo gastal-o com elles" (Nóbrega, 1551, p. 120 -121).

Além desses meninos, nas epístolas e demais documentos, houve menções aos órfãos da terra, isto é, crianças que viviam nas capitanias sem família e que necessitavam e também seriam necessários para o processo religioso e de instrução. O padre Manuel da Nóbrega nos informa sobre essa questão na seguinte passagem:

> Vendo eu isto, determinei-me com os mais Padres e Irmãos que aqui nos achamos, parecendo-nos ser cousa de que a Companhia se encarregava, fazer-lhes casa, e pedi terras ao Governador, ovelhas, alguns escravos d'El-Rei e umas vaccas para criação, determinando, com aquelles que vieram, metter outros orphãos da terra, que havia muito perdidos e faltos de criação e doutrina, e dos filhos do Gentio quantos se pudessem manter na casa (Nóbrega, 1556, p. 150-151).

Vale ressaltar ainda a atuação de mulheres indígenas e de seus filhos mamelucos nas relações de instrução. As mulheres indígenas são pouquíssimas vezes mencionadas na documentação do *corpus* desta pesquisa e as poucas vezes surgem em referências a questões libidinosas, referindo-as como as que faziam os homens portugueses pecar. Entretanto, de acordo com Capucho (2019, p. 14), "[...] percebemos que mulheres indígenas participaram ativamente das ações que consolidaram a conquista portuguesa do território brasileiro. Pregando, convertendo e lutando, elas foram as pregadoras e guerreiras invisíveis, que nossa história tem o dever de recuperar". Em especial ao que se refere às pregações, padre Manuel da Nóbrega, ao percorrer a Capitania de Pernambuco, menciona que:

> Com se ganharem estas se ganha muito, porque são mais de 40 só nesta povoação, afora muitas outras que estão pelas outras povoações, e acarretam outras do sertão, assim já christãs como ainda gentias. Algumas destas mais antigas prégam ás outras. Temos feito uma delas meirinha, a qual é tão diligente em chamar á doutrina que é para louvar a Nosso Senhor: estas, depois de mais arraigadas no amor e conhecimento de Deus, hei de ordenar que vão prégar pelas aldeias de seus parentes e certo que em algumas vejo claramente obrar a virtude do Altissimo (Nóbrega, 1551, p. 120).

Nesse contexto de ensino, era destinado às mulheres indígenas a aprendizagem do ensino religioso e dos modos comportamentais das mulheres europeias. Nesse sentido, cabia às mesmas somente a difusão da doutrina. Nesse trecho, especificamente, o religioso menciona indígenas mulheres que haviam se convertido ao Catolicismo e que pregavam às demais, contribuindo para essa difusão religiosa. Entre elas, uma se tornaria meirinha, para que pudesse supervisionar as demais.

Observamos ainda a atuação das indígenas que tiveram filhos com portugueses. Essas mulheres se destacam em meio ao processo de ensino, haja vista que viviam entre os indígenas os seus filhos mestiços, que poderiam auxiliar na evangelização dos seus familiares:

> Damos ordem a que se faça uma casa para recolher todas as moças e mulheres do Gentio da terra que ha muitos annos que vivem entre os Christãos e são christãs e têm filhos dos homens brancos e os mesmos homens que as tinham ordenem esta casa porque alli, doutrinadas [...]. Entre estas ha muitas de muito conhecimento e se confessam e sabem bem conhecer os peccados em que viveram e as que mais fervor têm prégam ás outras, e assim destas como dos escravos somos importunados de continuo para os ensinar, de maneira que assim os meninos orphãos que comnosco temos como nós, o principal exercicio é ensinal-os. Com estas forras se ganharão muitas já christãs que pelo sertão andam e assim muitos meninos seus parentes do Gentio para em nossa casa se ensinarem, além de outros muitos proveitos, que disto a gloria de Nosso Senhor resultará e a terra se povoará em temor e conhecimento do Creador (Nóbrega, 1551, p. 125).

Nesse trecho da carta enviada ao rei D. João III, da Vila de Olinda, na Capitania de Pernambuco, o padre Manuel da Nóbrega menciona as indígenas que tiveram filhos com homens portugueses, ou seja, os mamelucos. Essas crianças mestiças conviviam durante seus primeiros anos imersos na realidade materna e, por conta disso, aprendiam a língua da mãe como primeira, como o caso do Tupinambá. Em alguns contextos, em decorrência do total distanciamento da família paterna, algumas dessas crianças permaneciam no monolinguismo, todavia parte significativa desses sujeitos, ao alcançarem uma idade considerada apta para o trabalho na agricultura, construções navais, entre outras tarefas, passavam a conviver com seus pais e, consequentemente, assimilavam a língua portuguesa como segunda língua, tornando-se bilingues (Nobre, 2015). Vale ressaltar que, durante esse processo de aquisição, o português adquirido como segunda língua apresentava características específicas.

Essas crianças mamelucas viviam imersas num contexto de bilinguismo por conviverem na realidade autóctone e europeia. Em vista desse fato, os mesmos poderiam disseminar os preceitos cristãos entre suas aldeias indígenas nos sertões. Essas mulheres indígenas e seus filhos, portanto, apresentavam particular relevância para o projeto colonizador e catequético dos jesuítas. Na historiografia brasileira, os mamelucos representavam grande parte dos caçadores de indígenas, como os bandeirantes e capitães do mato. Por conhecerem a realidade indígena, conseguiam adentrar as matas e, em casos específicos, atacavam os próprios familiares, visando assim se afirmarem como brancos para a sociedade da época, renegando a mestiçagem os quais compunham (Lucchesi, 2009).

Concluindo, no fragmento acima, o jesuíta ainda salientou sobre a necessidade da construção de casas para abrigar as mulheres indígenas, visando com isso manter um maior

controle sobre esses sujeitos e consequentemente, distanciá-las de suas raízes culturais fortalecendo o processo de doutrinação cristã e da hegemonia da língua geral e, posteriormente, da língua portuguesa nas terras brasílicas. Nesta seção encerramos as discussões dos resultados obtidos através da análise dos dados das fontes documentais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de colonização do Brasil são marcados por situações linguageiras envoltas por políticas linguísticas silenciadoras das línguas dos povos indígenas e africanos. Nos primeiros anos de instituição do Governo geral, essas práticas foram fomentadas e aplicadas, principalmente, pela Companhia de Jesus, que utilizou da própria língua indígena como meio para catequese, entre outros mecanismos, como a construção de espaços formais de ensino, o uso de intérpretes e a atuação de mulheres indígenas, de órfãos nativos e portugueses, além de mamelucos, nas atividades de instrução.

O ensino jesuítico predominou no Brasil do século XVI ao século XVIII. Em relação ao período de 1549-1560, que se relaciona com momento de produção da escrita do padre Manuel da Nóbrega, destacamos fatores importantes, envolvendo os processos linguísticos e a gênese do ensino na América portuguesa. O fator primordial para que ocorresse a concretização do projeto colonizador foi a aprendizagem da língua mais falada na costa pelos padres e demais religiosos jesuítas. Em meio a esse processo, os clérigos passaram a conviver com os povos nativos, visando a aprender a língua indígena e conhecer de forma mais aprofundada aquele território pouco explorado, para que pudesse sobreviver e expandir a colonização. Em meio a esse contexto inicial de assimilação linguística, o padre João Aspicuelta Navarro apresentou facilidade na aprendizagem da língua indígena, sendo em recorrentes momentos mencionado na documentação por sua atuação no ensino aos meninos indígenas. Em torno dessa discussão destacamos a atuação dos líderes indígenas para a difusão do Cristianismo e como ocorreram a aprendizagem da leitura e da escrita desses sujeitos através do abecedário em comunhão com as vivências e ensinamentos da doutrina. Finalizando a primeira seção, discorremos sobre como o ensino estava percorrendo pela costa entre as Capitanias, alcançando as Capitanias da Bahia, São Vicente, Porto Seguro, Ilhéus, Pernambuco e Rio de Janeiro, ademais salientamos a relevância dada a Nóbrega à presença de um bispo na América portuguesa, como medida de controle dos povos nativos, para que a colonização linguística e difusão do ensino da doutrina, da leitura e da escrita pudesse ocorrer de maneira eficiente e sólida.

Desde a chegada dos jesuítas, o líder Manuel da Nóbrega pretendia fundar colégios, como ocorria nas outras províncias da Companhia de Jesus. Sendo assim, em 1549, ao desembarcarem na Capitania da Bahia, iniciaram a construção de uma casa para o ensino básico da leitura e da escrita. O responsável por ensinar nesse espaço foi o irmão jesuíta Vicente Rijo, que depois passou a se chamar Vicente Rodrigues. Este é considerado o primeiro Mestre-escola do Brasil, por conta das suas atividades desenvolvidas nesse período. Apesar desse espaço,

havia a emergência da construção de uma instituição formal, para que houvesse a expansão curricular e pudesse atender uma maior quantidade de alunos indígenas, bem como conseguir os fomentos financeiros da Coroa portuguesa. Em vistas desse objetivo, em 1551, com auxílio de doações e de Portugal e com a vinda dos meninos órfãos, o Colégio dos Meninos de Jesus da Bahia começou a funcionar em Salvador, comportando um pequeno número de alunos devido às condições materiais.

A partir da documentação, podemos observar oscilações na quantidade de alunos que estavam participando do processo de instrução: em 1549, havia cerca de 200 estudantes contados para o Colégio; entretanto, em 1551, com o Colégio construído, esse número cai para 20 estudantes, evidenciando a quantidade que comportaria no momento e também que estava havendo resistência por parte dos povos nativos; em 1552, o Colégio se estabeleceu com cerca de 30 estudantes, havendo um aumento de somente dez alunos em um ano de atuação do espaço formal. Observando os avanços gradativos desse Colégio, apesar dos inúmeros percalços financeiros e da redução do número de alunos, o padre Manuel da Nóbrega almejava que diversos outros colégios fossem construídos pelas capitanias. O segundo a se estabelecer foi na Capitania de São Vicente, o Colégio dos Meninos de Jesus de São Paulo de Piratininga, em 1554.

Ainda sobre os colégios, ressaltamos como o ensino ocorria nesses espaços, por meio de metodologias impositivas e de amedrontamento, além da repetição e memorização. Vale destacar que ainda não havia uma padronização metodológica em que os padres pudessem seguir, isso ocorre somente a partir de 1599, com a promulgação do *Ratio Sturdiorum*. Os clérigos no papel de professores seguiam as orientações do padre Manuel da Nóbrega, no que seria seu Plano de instrução. Sobre os materiais utilizados para instrução, nas missivas e demais documentos, o líder jesuíta salienta o uso dos *Exercícios espirituais* e da gramática latina para alguns alunos, teóricos afirmam o uso da *Constituição da Companhia de Jesus*. Evidenciamos a introdução de livros de outras espécies a pedido do líder jesuíta, no entanto, nesse *corpus*, não houve evidências sobre os seus conteúdos.

Outro aspecto relevante desses primeiros anos de contato foi o uso de *línguas* pelos jesuítas, sujeitos intérpretes que após aprenderem a língua indígena, eram intermediadores dos processos de conversão, práticas sacramentais, além de participarem de negociações políticas. Ademais, através desses sujeitos, os religiosos visavam a adentrar os interiores da América portuguesa e conquistar novos povos e territórios. Vale ressaltar a atuação de um dos principais intérpretes do século XVI, o Diogo Álvares Correia, que, ao conviver com os Tupinambá e se casar com a indígena Paraguaçu, ganha notoriedade entre os indígenas e portugueses. Diogo

Álvares é mencionado nas cartas por auxiliar os jesuítas. Ressaltamos também a atuação como intérprete da sua esposa, Catarina Paraguaçu.

Ocorrem menções a outros *línguas:* João Ramalho e Antônio Rodrigues. Considerando a documentação, essa atividade de *língua* era também destinada às crianças, possivelmente, em decorrência da facilidade da aprendizagem de novas línguas. Esses sujeitos foram essenciais para difusão do ensino da doutrina, da leitura e da escrita, sobretudo para as conversões, mediações de conflitos e traduções de orações e demais demandas de caráter educativo, religioso e exploratório.

A análise dos escritos de Manuel da Nóbrega permitiu-nos refletir sobre as políticas linguísticas envoltas de sujeitos inúmeras vezes "silenciados" pela historiografia tradicional, tendo suas atividades e protagonismos invisibilizados pela perspectiva colonizadora, que sempre evidencia os sujeitos europeus, adultos e do sexo masculino. Na documentação, em raríssimas aparições observamos a atuação de crianças indígenas e portuguesas, órfãs lusitanas e da terra e mamelucas, além de mulheres, nas referências às relações religiosas e de ensino. As crianças indígenas, nesse contexto, tornaram-se o principal público-alvo das atividades jesuíticas, uma vez que não estavam totalmente imersos nos pecados dos adultos "gentios", pela facilidade em aprenderem novas atividade, bem como transmitirem os conhecimentos cristãos e eurocêntricos para suas famílias e aldeias. Aos órfãos portugueses, além de lhes caberem todas essas atribuições, também eram incumbidos de atrair os meninos indígenas.

Dos sujeitos vários históricos que aparecem na documentação, as mulheres indígenas são pouquíssimas vezes mencionadas no *corpus* e, majoritariamente, são retratadas como as principais motivadoras dos pecados dos colonos portugueses. No entanto, na Capitania de Pernambuco, havia mulheres que estavam se "convertendo" ao Catolicismo. Com isso, os jesuítas observaram a oportunidades dessas mulheres conquistarem outras através de pregações, dado que a elas não eram destinadas o ensino elementar, mas somente religioso. Vale ressaltar que algumas dessas mulheres eram mães de mamelucos, isto é, tiveram filhos com portugueses. Seus filhos conviviam, portanto, em duas realidades e estavam imersos no bilinguismo. Por conta dessas particularidades, essas crianças mamelucas poderiam difundir o Catolicismo entre seus familiares, que viviam nos sertões da América portuguesa.

Considerando a análise documental realizada nesta investigação, podemos evidenciar a política linguística planejada e aplicada pela Companhia de Jesus e que permeou diversas esferas e sujeitos, impactando de inúmeras formas a configuração linguística do Estado do Brasil. A execução da política jesuítica encontrou no ensino uma importante forma de sua execução. Observamos como o ensino, a leitura e a escrita foram utilizadas para distanciar

povos de conhecimentos originários adquiridos há séculos em vistas de uma configuração eurocêntrica. A língua exerceu o papel de um instrumento fundamental para que esse processo se concretizasse entre a maioria dos indígenas e grupos, mas não o único mecanismo, já que a violência física fez parte de toda essa narrativa sócio-histórica, marcada por resistências e lutas dos povos originários.

REFERÊNCIAS

ARGOLO, Wagner. As línguas gerais brasileiras. *In*: CALLOU, Dinah; LOBO, Tânia (coord.). **História do português brasileiro**: história social do português brasileiro – da história social à história linguística. v. 9. Coordenação geral de Ataliba T. de Castilho. São Paulo: Contexto, 2020. p. 34-73.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Parábola Editorial, 1999.

BARBOSA, Davi; SOUZA, Pedro Daniel dos Santos. "[...] Para os nossos missionarios das aldeas dos Kiriris aprẽderẽ a língua": reflexões sobre a política linguística dos jesuítas nos sertões da Bahia. *In*: Pinheiro, L. S. de L.; Bispo, M.; Souza, P. D. dos S. (org.). **Língua em sociedade**: entre usos, discurso e ensino. Salvador: EDUFBA, 2022. p. 79-98.

BARROS, Cândida. Intérpretes e confessionários como expressões de políticas linguísticas da Igreja voltadas à confissão. **DELTA**, Belém, v. 27, n. 2, p. 289-310, jan. 2011. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-44502011000200005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/delta/a/ZZ5xFxzMNtMprj9Ybyyq59q/?lang=pt. Acesso em: 2 nov. 2023

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre a literatura e história da cultura. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, [1940] 2012.

BLUTEAU, Rafael. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluetau / reformado, e accrescentado por Antonio Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. v. 2. Lisboa: na offcina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

CARVALHO, Guilherme. O governo-geral nas vertentes da historiografia brasileira. **Revista Angelus Novus,** Ouro Preto, n. 5, p. 25-43, jun. 2013. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ran/article/view/88872/91746. Acesso em: 05 nov. 2023

CASIMIRO, Ana; SILVEIRA, Camila; ALMEIDA, Maria. Práticas pedagógicas jesuíticas na América portuguesa: evangelização e ensino para crianças indígenas no século 16. **Em aberto,** Brasília, v. 29, n. 95, p. 133-142, jan./abr. 2016. DOI: https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.29i95.2741. Disponível em: http://www.rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/3140. Acesso em: 20 set. 2023

CAPUCHO, Taís. Pregadoras e guerreiras invisíveis: Mulheres indígenas e a colonização do Brasil. **Ars Histórica**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 1-17, jan./jun. 2019. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/ars/article/view/46662/25163. Acesso em: 19 set. 2023.

CALVET, Loui-Jean. **As políticas linguísticas**. Tradução Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola; IPOL, 2007.

CÉSAIRE, Aimé. **O Discurso sobre o colonialismo**. Tradução Noémia de Sousa. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1978.

CHAMBOULEYRON, Rafael. A evangelização do novo mundo: O plano do padre Manuel da Nóbrega. **Revista de História**, v. 12, n.134, p. 37-47, 1996. **DOI:** https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i134p37-47.D. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18785. Acesso em: 30 out. 2023

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil**: História, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

GINZBURG. Carlo. **Mitos, emblemas, sinais, morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, [1989] 2014.

FARIA, Marcos Roberto de. Tópicos em educação nas cartas de Manuel da Nóbrega: entre práticas e representações (1549-1559). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 24, p. 64-78. dez. 2006. DOI: https://doi.org/10.20396/rho.v0i24.8637120. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4950/art06_24.pdf. Acesso em: 2 nov. 2023.

FIGUEIREDO, Francisco José Quaresma de. Aquisição e aprendizagem de segunda língua. **Signótica**, v. 7, n. 1, p. 39-58, 1995. DOI: https://doi.org/10.5216/sig.v7i1.7380. Disponível em: https://revistas.ufg.br/sig/article/view/7380. Acesso em: 2 nov. 2023.

FRANCO, Antônio. **Imagem da virtude em o noviciado da Companhia de Jesus no Real Collegio de Jesus de Coimbra, na qual se contem as vidas, e virtudes de muytos religiosos que nesta Sauta caza foraõ noviços**. v. 2. Reimpressão. São Paulo: Forgotten Books, 2018.

HERMANN, Jaqueline. Cenário do encontro de povos: a construção do território. *In*: BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. **Brasil**: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. p. 19-33

HERNANDES, Paulo. Companhia de Jesus no século XVI e o Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 10, n. 40, p. 222–244, 2012. DOI: https://doi.org/10.20396/rho.v10i40.8639816. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639816. Acesso em: 5 mai. 2023.

LEITE, Serafim. Fundação da lingüística nacional. *In*: LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**, Tomo II, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. p. 545-568.

LUCA, Tania. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: BACELLAR, Carlos. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-133.

LUCCHESI, Dante. A periodização da história sociolinguística no Brasil. **DELTA**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 347-382, set. 2017. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-445067529349614964. Disponível em: https://www.scielo.br/j/delta/a/NGxLPBSqNXYNGhFtwqrrwgh/?lang=pt. Acesso: 15 out. 2023.

LUCCHESI, Dante. História do contato entre línguas no Brasil. *In*: LUCCHESI, D., BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 41-73.

MARIANI, Bethânia. Políticas de colonização lingüística. **Letras**, n. 27, p. 73-82, dez. 2003. DOI: https://doi.org/10.5902/2176148511900. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11900. Acesso em: 28 jul 2023

MARIANI, Bethânia. **Colonização linguística**: línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos (século XVIII). Campinas, SP: Pontes, 2004.

MATOS, Alderi Souza de. John Knox e a reforma escocesa. *In:* BUTIN, Ricardo (org.). **A reforma protestante**: história, teologia e desafios. São Paulo: Hagnos, 2017. p.7-21.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Ideias para a história do português brasileiro: fragmentos para uma composição posterior. *In*: CASTILHO, Ataliba de. **Para a história do português brasileiro**: Primeiras ideias. V. I. São Paulo: Humanitas, 1998. p. 21-52.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Português brasileiro: raízes e trajetórias. *In*: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia**. Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. p. 11-23.

MENDONÇA, Ana Waleska. Os primórdios da educação jesuítica no Brasil: um diálogo com as primeiras cartas. *In*: MENDONÇA, Ana Waleska (org.). **História e Educação**: dialogando com fontes. Rio de Janeiro: Forma e ação, 2010.

MOORE, Denny. Línguas indígenas. *In*: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V.; RASO, Tommaso (org.). **Os contatos linguísticos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 217-249.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MUNDIM, Glênio Augusto. **A resistência indígena no século XVI**: Proposta de abordagem da história indígena no Ensino Fundamental II. 94f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

NARITA, Felipe Ziotti. Experiências educacionais no século XVI: A formação da casa de meninos de São Paulo de Piratininga. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 2, n. 2, p. 195-203, dez. 2007. DOI: 10.21723/riaee.v2i2.471. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/471. Acesso em: 15 nov. 2023.

NOBRE, Wagner Carvalho de Argolo. **História linguística do Sul da Bahia (1534-1940)**. 307 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

NÓBREGA, Manuel. **Cartas do Brasil (1549-1560)**. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira, 1931.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Política linguística: Do que é que se trata, afinal? *In*. NICOLAIDES, Christine et al. (Org). **Política e políticas linguísticas**. Campinas, SP: Pontes, 2013. p.19-42.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas indígenas brasileiras**. Brasília: UnB/Laboratório de Línguas Indígenas-LALI, 2013.

RODRIGUES, Aryon. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. **DELTA**, v. 9, n. 1, p. 83-103, 1993. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/45596. Acesso em: 10 jun. 2023.

RODRIGUES, Aryon. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. **Cienc. Cult**. São Paulo, v. 57, n. 2, abr./jun. 2005. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000200018. Acesso em: 15 jun. 2023.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas brasileiras**: para o conhecimento das línguas indígenas. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, [1986] 2002.

ROSA, Teresa Maria da Fonseca. **Monumenta Histórica**: O Ensino e a Companhia de Jesus (séculos XVI a XVIII), Volume I (1540-1580). Lisboa: Universidade Católica Editora, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, SP: Autores associados, 2013.

SILVA, Elias. A pesquisa em política linguística: Histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 52, n. 2, p. 289-320, jul./dez. 2013. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-18132013000200007. Disponível em: SciELO - Brasil - A pesquisa em política linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos A pesquisa em política linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos. Acesso em: 10 out. 2023.

SILVA, Gleidson; AMORIM, Simone. Apontamentos sobre a educação no Brasil Colonial. **Interações**, Campo Grande, v. 18, n. 4, p. 185-196, out./dez. 2017. DOI: https://doi.org/10.20435/inter.v18i4.1469. Disponível em: Apontamentos sobre a educação no Brasil Colonial (1549-1759) | Interações (Campo Grande) (emnuvens.com.br). Acesso em: 20 set. 2023.

SILVA, Marcos. A revolução da experiência: Os ibéricos inventam o mundo no século XV e XVI. **Ensaios de História**, v. 1, n. 2, p. 37-50, 1996.

SILVA-REIS, Dennys; BAGNO, Marcos. Os intérpretes e a colonização do Brasil: os quatro primeiros séculos de uma história esquecida. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 36, n. 3, p. 81-108, set/dez. 2016. DOI: https://doi.org/10.5007/2175-7968.2016v36n3p81. Disponível em: Os intérpretes e a formação do Brasil: os quatro primeiros séculos de uma história esquecida | Cadernos de Tradução (ufsc.br) Acesso em: 10 set. 2023.

SOUZA, Pedro Daniel dos Santos. **Sobre o uso da Língua do Príncipe**: história social da cultura escrita, reconfigurações linguísticas e populações indígenas na Bahia setecentista. 531

f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

THOMPSON, Edward. A história vista de baixo. *In:* NEGRO, Antonio. SILVA, Sergio (org). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. 2. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, [1968] 2012. p. 185-201.

VAINFAS, Ronaldo. História indígena: 500 de povoamento. *In*: BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. **Brasil**: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. p. 19-33

VIEIRA, Andreza; OLIVEIRA, Natália; CASTRO NETTO, David. Religiosidade, educação jesuítica e as Casas de Bê-á-bá no Brasil colonial. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 13, n. 25, p. 35–54, out. 2019. DOI: https://doi.org/10.30612/rehr.v13i25.975. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/9752. Acesso em: 28 ago. 2023.